

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E
CONSTRUÇÕES – em Recuperação
Judicial**

**Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de
2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório da Administração

Balanço Patrimonial

Demonstração de Resultados

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório dos Auditores Independentes

Parecer do Conselho Fiscal

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2017

Senhores Acionistas.

A Administração da INEPAR S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial, em observância às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos do ano, bem como o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhada do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal.

Mensagem da Administração e a Recuperação Judicial

A Inepar tem mais de 63 anos de história, contribuiu para o desenvolvimento da indústria e da infraestrutura no Brasil, destacando-se energia, petróleo e gás, equipamentos de processo, manuseio de materiais, compensação reativa e transportes de massa.

Na sua trajetória de sucesso, destacamos alguns dados importantes:

As instalações de Araraquara que possuem mais de 840 mil m², sendo considerada a maior fábrica de usinagem da América Latina.

A Inepar fabricou turbinas e geradores que respondem por mais de 25% da energia gerada no país, mais de 12 GW no Brasil e 26 GW no mundo.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

**Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Atuou em todas as 15 refinarias da Petrobras e participou da construção de sete plataformas de exploração de petróleo.

Entregou mais de 3 mil pontes rolantes para uma variedade de indústrias e produziu as maiores máquinas de movimentação de minério em atividade.

Produziu mais de 30% de compensação reativa em grandes transferências de geração de energia para linhas de transmissão.

Desenvolveu a maioria das linhas de transmissão de alta e extra tensão do país e efetuou reparos, manutenção, supply e manufatura em mais de 200 locomotivas.

A Inepar foi pioneira em telecomunicações, incluindo televisão a cabo, celulares CDMA e sem fio.

Contou ainda com mais de 20 mil colaboradores na sua história vitoriosa.

Tivemos também parcerias com grupos de liderança mundial, dentre eles, GE, Andritz, Hyundai, Triunfo, que ajudaram a INEPAR nessa construção e demonstração da capacidade empreendedora da Companhia.

A INEPAR também está presente na bolsa de valores brasileira desde 1980, tendo já chegado a ser uma das dez maiores companhias em valor de mercado da B3.

Apesar de toda história vitoriosa da Inepar e a nossa comprovada capacidade técnica fomos obrigados a implantar um plano global de reestruturação e com o conseqüente pedido de Recuperação Judicial, em função do ambiente macroeconômico e político do Brasil nos últimos anos e, em especial, os setores industrial e de infraestrutura exatamente em nosso ramo de atuação e que têm sido afetados por pressões estruturais, dinâmica inflacionária e elevada taxa de juros em um ambiente de baixo crescimento e desconfiança.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

**Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Em 13 de maio de 2015, os credores do Grupo INEPAR, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto pelas empresas em recuperação.

Após o pedido de recuperação judicial, a Inepar vem operando em um nível aquém de sua capacidade em face da severa retração dos investimentos em infraestrutura e por estar sob o regime de Recuperação Judicial (“RJ”), tendo o passivo trabalhista extraconcursal como principal impeditivo para a saída da RJ e de estabilidade da fábrica, que é necessária para novos projetos.

Os investimentos em infraestrutura recuaram e devem atingir apenas 1,5% do PIB para 2018, patamar muito pequeno diante das carências do país. Fornecedores de bens e serviços, como equipamentos e construção, registram capacidade ociosa relevante.

Diversas monetizações foram implementadas até o momento e que foram fundamentais para as Empresas do Grupo Inepar emergir da RJ ao (i) regularizar mais de 70% de seus passivos trabalhistas (concursal e extraconcursal) e (ii) alcançar quase que a totalidade das obrigações do Plano de Recuperação Judicial, firmando, assim, as bases para uma retomada operacional a níveis satisfatórios e sustentáveis.

A Inepar também efetuou ampla reestruturação financeira com a qual efetuou a quitação das suas dívidas.

Abaixo relacionamos alguns aspectos preponderantes da recuperação judicial:

Aprovação do plano com mais de 90% do quórum de credores, sendo que houve aprovação de 99,3% dos credores classificados na classe I.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2017

Maior conversão de dívida em participação da história do país, via solução inovadora com a emissão das debêntures perpétuas conversíveis em ações da Companhia (“INEP3”), remuneradas por lucro, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

Pagamentos expressivos de obrigações trabalhistas, tanto dos passivos do plano de recuperação judicial como das obrigações correntes.

Liquidação superior a 90% dos compromissos assumidos com o plano de recuperação judicial.

A homologação do Plano de Recuperação permitiu a estabilização da estrutura de capital da Inepar, pois somente com a emissão de novas ações da Companhia e de debêntures perpétuas conversíveis em integralização por créditos quirografários, apresentou uma redução de mais R\$ 1.6 bilhão em seu passivo financeiro, dentre outros itens chaves de reestruturação financeira.

Efetuamos a reclassificação contábil, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia, com base no parecer dos nossos consultores jurídicos e contábeis, e que serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e/ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$ 238 milhões.

De acordo com o Parecer Contábil do Professor Eliseu Martins, a empresa classificou nas demonstrações financeiras as debêntures perpétuas emitidas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que as mesmas não geram obrigação da Companhia de entregar caixa ou outro instrumento patrimonial em condições desfavoráveis, sendo mandatoriamente conversíveis em ações.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

**Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

A Inepar e suas empresas controladas continuam se dedicando a aplicação das ações previstas no Plano de Recuperação Judicial, onde alcançamos significativos resultados com a redução do endividamento junto às empresas e funcionários e também redução nas obrigações tributárias. Desta forma, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, a INEPAR desenvolveu diversas ações para a monetização de alguns ativos não operacionais do Grupo, visando a adequação do fluxo de caixa a saber:

- Adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) instituído pela Lei 12.996/2014 de 20/06/2014. Esta adesão ao Refis, permitiu uma redução significativa no montante dos débitos com o aproveitamento dos benefícios previstos na legislação aplicável, de redução de juros, multas e encargos legais, bem como após a liquidação dos juros e multas remanescentes por meio da utilização do prejuízo fiscal e base negativa da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). Quanto ao pagamento inicial de até 20% previsto no Programa Refis, em 27 de julho de 2015, foram utilizados os créditos fiscais transferidos pela Andritz Hydro Inepar.

A empresa está em 2018 efetuando uma revisão geral das suas dívidas tributárias, visando a possibilidade de reduzi-las com base na sumula vinculante nº 08.

- Venda da participação acionária no capital da TIISA-Triunfo IESA Infraestrutura S/A. Esta alienação gerou recursos necessários para os pagamentos das dívidas junto aos credores e também aos funcionários, além da garantia do recebimento de energia elétrica para utilização na fábrica de Araraquara até 2019.

- Venda da participação acionária no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S/A. Esta alienação permitiu recursos através de créditos fiscais para a

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2017

liquidação do valor de até 20% sobre os débitos fiscais necessários para a adesão ao programa Refis.

- Venda ao BNDES pelo valor de R\$ 151,7 milhões da participação acionária no capital da Energisa Mato Grosso S/A, através de leilão judicial. Os recursos desta alienação foram utilizados para abater parte da nossa dívida junto ao BNDES, e também para propiciar um perdão do saldo restante deste contrato.

Após a liquidação deste contrato junto ao BNDES, ainda restou um saldo devedor de outro contrato no montante de R\$ 322 milhões que foi renegociado para pagamento em 20 anos com correção pela TJLP + 3% a.a.

A Administração da Inepar está em contato permanente com o BNDES visando sanar as pendências existentes.

-Venda da participação acionária no capital da Inepar Telecomunicações S/A e da Inepar Capacitores S/A., Estes recursos também foram utilizados para a liquidação de passivos correntes das empresas do Grupo Inepar.

-Foi assinado em dezembro de 2017, acordo com a Gerdau S/A, por conta da venda das ações da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, ocorrido em 2002. Com os recursos obtidos a Inepar efetuou prioritariamente os pagamentos dos salários dos funcionários ativos, bem como daqueles relacionado no Plano de Recuperação Judicial.

Venda da participação acionária no capital da Inepar Telecomunicações S/A e da Inepar Capacitores S/A., Estes recursos também foram utilizados para a liquidação de passivos correntes das empresas do Grupo Inepar.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2017

Neste contexto, a Administração continua engajada e confiante na reversão do patrimônio líquido do Grupo INEPAR que envolve a conclusão do plano de alienação de “ativos non-core” e o reconhecimento de processos judiciais (segundo as normas contábeis vigentes, os processos judiciais só podem ser efetivamente reconhecidos na conta de ativos após decisão favorável, em última instância, ao passo que os investimentos tanto em ativos operacionais como não operacionais não podem ser reavaliados) e, portanto, devem ser reconhecidos apenas quando da sua realização.

É oportuno destacar que o Grupo INEPAR tem hoje um grande volume em discussão de pleitos e adicionais contratuais junto aos clientes, com alta probabilidade de êxito, resultantes de discussões jurídicas e administrativas de alterações no escopo, prazo, quantidade, preço, problemas de medição e atrasos de recebimento na prestação de serviços e venda de equipamentos, junto a clientes de economia pública, mista e privado.

No curto prazo a empresa está empenhada em recompor a sua carteira de pedidos visando gerar novos empregos, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível.

No médio e longo prazo, com a recuperação da economia brasileira, a empresa, através das suas subsidiárias, tende a gerar oportunidades com projetos na área de infraestrutura, pois neste período de recuperação judicial efetuou e está ainda fazendo uma readequação nas suas despesas operacionais e redução dos custos de produção.

Além do esforço comercial com a readequação de custos e de sua competitividade, a Inepar possui “ativos non-core” que devem ser vendidos, já em negociação, que podem render saldos de fluxo de caixa para a empresa.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2017

Com o objetivo de manter a continuidade da empresa com geração de fluxo de caixa positivo, para cumprir com as obrigações do Plano de Recuperação e também para suprir as necessidades de caixa dos projetos que estão em andamento e para os demais projetos que a empresa irá participar, a administração está trabalhando na alienação de diversos ativos listados no Plano de Recuperação Judicial, entre os quais citamos:

- Alienação das ações da UPI IOG (Óleo&Gás), das ações da UPI de Charqueadas, e do imóvel de Macaé.
- Constituição do FIDC (Fundo de Investimento em direitos creditórios não padronizados) com a integralização de ativos financeiros em fase final de negociações. Estes créditos serão utilizados principalmente para a liquidação de passivos junto aos bancos credores.
- Acordo com bancos para liquidação da nossa dívida, com o repasse de bens que não fazem parte “non-core” da empresa.
- Arbitragem para ressarcimento de diversos valores envolvendo o cancelamento por parte da Petrobras do contrato de fornecimento de módulos para plataformas e que estavam sendo fabricados no município de Charqueadas.

Ressaltamos ainda que em 21 de maio de 2018, foi realizado o leilão da UPI que compreende os seguintes ativos descritos no Plano de Recuperação Judicial:

- 1 - Alienação de parte da UPI IPM que compreende apenas os ativos referentes à hidro geração, com as máquinas e imóveis, localizados no município de Araraquara.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2017

- 2 - Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta, e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara será desmembrada em partes, na forma de na forma de condomínio industrial.
- 3 - De acordo com a proposta apresentada pela Andritz Hydro Ltda.,o preço de aquisição para a UPI foi de R\$ 115 milhões, sendo (i) R\$ 20 milhões, relativos aos ativos que compõem a UPI IPM referentes à hidro geração; e (ii) R\$ 95 milhões relativos à fração dos imóveis que compõem a planta de Araraquara.
- 4 - O percentual de 49% do preço da UPI, dos ativos referentes à hidro geração, deverá ser utilizado para o pagamento das Debêntures permutáveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial.
- 5 - O percentual de 51% do preço da UPI, dos ativos referentes à hidro geração, acrescido de 100% do preço da fração da planta de Araraquara deverá ser utilizado para o pagamento das obrigações do Grupo Inepar.

Ressaltamos ainda que o leilão da UPI acima informada tem como objetivo utilizar os recursos para viabilizar a saída da empresa do processo de recuperação judicial e o compromisso de quitação e prioridade de verbas trabalhistas.

- Fechamento de acordos com bancos, visando a liquidação dos passivos, sendo utilizado neste acordo o imóvel localizado do Município de Magé.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2017

- Instauração de arbitragem contra a Petrobrás, visando o ressarcimento dos valores devidos pelo cancelamento unilateral do contrato assinado com a TUPY-BV e PNBV.

A empresa está empenhada em atender as demandas do Plano de Recuperação Judicial, visando em data muito próxima a saída da Recuperação Judicial.

Todas as ações acima mencionadas irão permitir a entrada de recursos para manter o equilíbrio do fluxo de caixa da empresa visando suprir as necessidades dos projetos em andamento e dos projetos a serem contratados, bem como também para cumprir com as obrigações do Plano de Recuperação Judicial.

Apresentamos abaixo uma projeção do Balanço Patrimonial de 31/12/2017 com os valores dos ativos valorizados de acordo com o Plano de Recuperação Judicial aprovado em 2015.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2017

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

	Consolidado	
	Balanco Patrimonial	Balanco Projetado
	31/12/2017	31/12/2017
ATIVO		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3.569	3.569
Contas a receber de clientes	224.604	224.604
Títulos e valores mobiliários	32.797	32.797
Estoques	190.928	190.928
Títulos a receber	4.160	4.160
Créditos de impostos	19.118	19.118
Dividendos a receber	64	64
Despesas antecipadas	311	311
Outros créditos	31.407	1.577.315
Total do Ativo Circulante	506.958	2.052.866
Não Circulante		
Realizável a longo prazo		
Cientes		
Contas a receber de clientes	36.399	36.399
Partes relacionadas	83.060	83.060
Títulos a receber	7.774	7.774
Créditos de impostos	76.518	76.518
Depósitos judiciais	65.440	65.440
Outros créditos	16.220	16.220
Investimentos	258.748	607.748
Imobilizado	345.995	523.295
Intangível	411.882	1.155.082
Total do Ativo Não Circulante	1.302.036	2.571.536
Total do Ativo	1.808.994	4.624.402

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2017

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

	Consolidado	
	Balanco Patrimonial	Balanco Projetado
	31/12/2017	31/12/2017
PASSIVO		
Circulante		
Fornecedores	113.547	113.547
Financiamentos e empréstimos	236.021	236.021
Debêntures	129.626	129.626
Salários e encargos sociais	360.008	360.008
Impostos e contribuições a recolher	541.795	541.795
Dividendos propostos	4.255	4.255
Provisão de custos e encargos	315.726	315.726
Adiantamentos de clientes	154.425	154.425
Títulos a pagar	33.990	33.990
Outras contas a pagar	185.014	185.014
Total do Passivo Circulante	2.074.407	2.074.407
Não Circulante		
Exigível a longo prazo		
Financiamentos e empréstimos	284.886	284.886
Salários e encargos sociais	18.022	18.022
Impostos e contribuições a recolher	372.853	372.853
Partes relacionadas	29.018	29.018
Impostos diferidos	107.615	107.615
Títulos a pagar	-	-
Provisão de custos e encargos	2.303	2.303
Provisão para contingências	186.568	186.568
Provisão para passivo a descoberto	1.260	1.260
Outras contas a pagar	15.912	15.912
Total do Passivo Não Circulante	1.018.437	1.018.437
Patrimônio Líquido		
Participação dos minoritários	(35.268)	(35.268)
Patrimônio líquido da controladora		
Capital social	407.299	407.299
Gasto com subscrição de ações	(3.073)	(3.073)
Reserva de capital	155.272	155.272
Reserva de reavaliação	33.270	1.302.770
Debêntures perpétuas	247.861	247.861
Créditos quirografários a converter	238.097	275.274
Prejuízos acumulados	(3.121.986)	(1.613.255)
Ajuste de avaliação patrimonial	794.678	794.678
	(1.248.582)	1.566.826
Total do Patrimônio Líquido	(1.283.850)	1.531.558
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	1.808.994	4.624.402

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2017

Notas explicativas

01- No Balanço Patrimonial de 31/12/2017 a Companhia não registrou os valores dos pleitos apresentados aos clientes. No entanto, devido à alta probabilidade de êxito, estes foram incluídos para demonstração do balanço simulado da Inepar S.A Indústria e Construções. Estes pleitos compreendem discussões jurídicas e administrativas de alterações no escopo e preços de contratos de prestações de serviços e venda de equipamentos, já encerrados junto aos clientes do Grupo Inepar. Os valores dos pleitos estão lançados na linha de contas a receber de clientes.

02- As linhas de investimentos, imobilizado e intangível tiveram um aumento devido às atualizações dos ativos, majorados nos mesmos valores apresentados no laudo de viabilidade econômica do Grupo Inepar e do laudo de avaliação dos ativos imobilizados. Estes valores, apresentados aqui de forma gerencial, não serão alterados nos Balanços Patrimoniais publicados no futuro e terão seus valores reconhecidos apenas no momento da alienação de cada ativo.

03- Estão lançados na rubrica de “Reserva de Reavaliação” os valores dos ativos que foram reavaliados quando do lançamento do Plano de Recuperação Judicial. O acréscimo decorrente da reavaliação somente será contabilizado após a realização da venda, de acordo com a legislação em vigor.

04- No prejuízo acumulado foi considerado o valor apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 acrescido do lucro líquido oriundo dos registros dos pleitos a receber, deduzidos de outras provisões a pagar.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2017

AUDITORIA EXTERNA

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a INEPAR informa que neste exercício encerrado em 31/12/2017 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela RSM Brasil Auditores Independentes SS. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais da Companhia estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas internacionais dos relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e formam parte das demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes em instruções da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2017 e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, autorizando a sua divulgação.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Balanços Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
ATIVO	Nota	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	99	98	3.569	1.660
Cientes					
Contas a receber de clientes faturados	6	9.522	9.796	206.538	165.486
Contas a receber de clientes a faturar	6	-	-	18.066	55.142
Títulos e valores mobiliários	7	32.782	32.782	32.797	32.797
Estoques	8	-	-	190.928	221.309
Títulos a receber	9	-	-	4.160	4.160
Créditos de impostos	10	8.670	13.641	19.118	24.449
Dividendos a receber		-	-	64	64
Despesas antecipadas		-	-	311	390
Outros créditos	11	10.295	3.323	31.407	50.295
Total do Ativo Circulante		61.368	59.640	506.958	555.752
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Cientes					
Contas a receber de clientes faturados	6	-	-	35.917	35.917
Contas a receber de clientes a faturar	6	482	482	482	482
Partes relacionadas	21	368.503	360.722	83.060	94.654
Títulos a receber	9	7.774	7.774	7.774	8.052
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	-	-
Créditos de impostos	10	33.575	64.043	76.518	116.440
Depósitos judiciais		10.542	10.542	65.440	65.529
Outros créditos	11	7.514	-	16.220	36.360
Investimentos	12	480.061	518.155	258.748	259.786
Imobilizado	13	129.247	133.453	345.995	361.832
Intangível	14	391.513	391.513	411.882	414.591
Total do Ativo Não Circulante		1.429.211	1.486.684	1.302.036	1.393.643
Total do Ativo		1.490.579	1.546.324	1.808.994	1.949.395

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Balanços Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>		
	Nota	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores		22.402	20.498	113.547	100.726
Financiamentos e empréstimos	15	132.431	93.387	236.021	183.118
Debêntures	16	129.626	125.295	129.626	125.295
Salários e encargos sociais		27.385	20.971	360.008	310.445
Impostos e contribuições a recolher	17	340.881	302.228	541.795	469.114
Dividendos propostos		4.231	4.231	4.255	4.255
Provisão de custos e encargos	18	-	-	315.726	338.300
Adiantamentos de clientes	19	-	-	154.425	163.332
Títulos a pagar		33.852	32.478	33.990	32.616
Outras contas a pagar	24	131.333	134.304	185.014	220.029
Total do Passivo Circulante		822.141	733.392	2.074.407	1.947.230
Não Circulante					
Exigível a longo prazo					
Financiamentos e empréstimos	15	264.728	255.444	284.886	277.175
Salários e encargos sociais		-	-	18.022	17.582
Impostos e contribuições a recolher	17	234.280	235.566	372.853	379.926
Partes relacionadas	21	358.124	357.867	29.018	24.962
Impostos diferidos	20.1	32.953	33.940	107.615	111.382
Provisão de custos e encargos	18	2.303	2.303	2.303	2.303
Provisão para contingências	22	57.535	57.461	186.568	141.632
Provisão para passivo a descoberto	23	955.671	798.244	1.260	1.260
Outras contas a pagar	24	11.426	9.162	15.912	13.406
Total do Passivo Não Circulante		1.917.020	1.749.987	1.018.437	969.628
Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)					
Patrimônio líquido da controladora (Passivo a descoberto)					
Capital social	25	407.299	407.299	407.299	407.299
Gasto com subscrição de ações		(3.073)	(3.073)	(3.073)	(3.073)
Reserva de capital		155.272	155.272	155.272	155.272
Reserva de reavaliação		33.270	34.469	33.270	34.469
Debêntures perpétuas		247.861	247.861	247.861	247.861
Créditos quirografários a converter		238.097	238.097	238.097	238.097
Prejuízos acumulados		(3.121.986)	(2.814.483)	(3.121.986)	(2.814.483)
Ajuste de avaliação patrimonial		794.678	797.503	794.678	797.503
		(1.248.582)	(937.055)	(1.248.582)	(937.055)
Participação dos minoritários		-	-	(35.268)	(30.408)
Total do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)		(1.248.582)	(937.055)	(1.283.850)	(967.463)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)		1.490.579	1.546.324	1.808.994	1.949.395

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
Nota	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita operacional líquida	27	-	39.803	68.850
Custos dos produtos e serviços	-	-	(31.757)	(48.496)
Lucro bruto	-	-	8.046	20.354
Receitas [despesas] operacionais	(218.665)	(494.549)	(157.174)	(440.911)
Despesas com vendas	(19)	(7)	(4.634)	(11.684)
Perdas/Reversões no receb. de crédito com clientes	-	(3.770)	(21.402)	(10.471)
Administrativas e gerais	(13.566)	(25.456)	(58.298)	(87.350)
Provisões para contingências	(74)	11.035	13.945	(32.443)
Outras receitas e despesas operacionais	(4.843)	(50.248)	(81.189)	(296.896)
Resultado da equivalência patrimonial	12	(200.163)	(5.596)	(2.067)
Resultado operacional	(218.665)	(494.549)	(149.128)	(420.557)
Despesas financeiras	28	(99.334)	(179.477)	(220.808)
Receitas financeiras	28	1.460	6.434	23.832
Resultado antes do imposto de renda	(316.539)	(602.124)	(322.171)	(617.533)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	20.2	-	279	(25.217)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	20.2	369	828	4.060
Prejuízo do exercício	(316.170)	(622.963)	(321.064)	(638.690)
Atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores			(316.170)	(622.963)
Participação dos acionistas não-controladores			(4.894)	(15.727)
			(321.064)	(638.690)
Quantidade de ações ordinárias ao final do exercício	3.181.221	3.181.221		
Quantidade de ações preferenciais ao final do exercício	<u>3.156.807</u>	<u>3.156.807</u>		
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	(47.517,86)	(93.626,35)		
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	<u>(52.269,64)</u>	<u>(102.988,99)</u>		

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Capital Social		Reservas de Lucros		Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Debêntures Perpétuas	Créditos a Converter	Outros Resultados Abrangentes			Patrimônio Líquido dos Acionistas da Controladora	Participação dos Não Controladores no Patr.Liq. das Controladas	Patrimônio Líquido Total
	Subscrito	(-) Gastos com Subscrição de ações	Reservas de Capital	Ações em Tesouraria				Reservas de Reavaliação	Custo Atribuído AAP	Ajuste de Avaliação Patrimonial			
Em 31 de dezembro de 2015	407.299	(3.073)	155.272	(8.303)	(2.192.630)	247.861	217.780	35.669	67.240	737.633	(335.252)	(14.196)	(349.448)
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	(622.963)	-	-	-	-	-	(622.963)	(15.727)	(638.690)
Ajuste patrimonial Reflexo de Investida (CBD)	-	-	-	-	4.396	-	-	-	-	-	4.396	-	4.396
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.553)	(3.553)	-	(3.553)
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(485)	(485)
Outros Resultados Abrangentes											(3.553)	(485)	(4.038)
Resultado Abrangente Total											(622.120)	(16.212)	(638.332)
Créditos quirografários a converter	-	-	-	-	-	-	20.317	-	-	-	20.317	-	20.317
Realização da Reserva Reavaliação	-	-	-	-	1.200	-	-	(1.200)	-	-	-	-	-
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	-	-	3.817	-	-	-	(3.817)	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2016	407.299	(3.073)	155.272	(8.303)	(2.806.180)	247.861	238.097	34.469	63.423	734.080	(937.055)	(30.408)	(967.463)
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	(316.170)	-	-	-	-	-	(316.170)	(4.894)	(321.064)
Ajuste patrimonial Reflexo de Investida (CBD)	-	-	-	-	4.395	-	-	-	-	-	4.395	-	4.395
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	248	248	-	248
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34	34
Outros Resultados Abrangentes											248	34	282
Resultado Abrangente Total											(311.527)	(4.860)	(316.387)
Realização da Reserva Reavaliação	-	-	-	-	1.199	-	-	(1.199)	-	-	-	-	-
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	-	-	3.073	-	-	-	(3.073)	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017	407.299	(3.073)	155.272	(8.303)	(3.113.683)	247.861	238.097	33.270	60.350	734.328	(1.248.582)	(35.268)	(1.283.850)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Resultado Líquido do Exercício	(316.170)	(622.963)
Ajuste patrimonial Reflexo de Investida (CBD)	4.395	4.396
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas	248	(3.553)
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior	34	(485)
Participação dos Minoritários	(4.894)	(15.727)
Resultado Abrangente do Exercício	(316.387)	(638.332)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do exercício	(316.170)	(622.963)	(316.170)	(638.690)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes				
Depreciações e amortizações	4.206	4.220	17.209	17.871
Ganho / Perda na alienação de imobilizado/investimentos	-	-	2.077	4.082
Equivalência patrimonial	200.165	426.103	5.597	2.067
Variações monetárias e cambiais	52.679	32.337	64.965	34.921
Impostos diferidos	-	527	-	(4.060)
Provisões (Reversões)	74	(11.036)	22.362	6.839
Resultado do exercício ajustado	(59.046)	(170.812)	(203.960)	(576.970)
(Aumento) redução no ativo:				
Contas a receber de Clientes	274	11.474	(3.976)	39.389
Estoques	-	-	30.381	20.957
Títulos a receber	-	-	278	17.581
Dividendos a receber	-	-	-	8.496
Créditos de impostos	34.452	8.646	41.486	24.161
Despesas antecipadas	-	-	79	1.154
Outros créditos	(14.507)	1.923	34.257	(13.497)
	20.219	22.043	102.505	98.241
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	1.904	1.220	12.821	1.655
Salários e encargos sociais	6.414	4.024	50.003	37.290
Impostos e contribuições a recolher	37.367	73.793	65.608	105.830
Adiantamentos de clientes	-	(8.476)	(8.907)	76.499
Títulos a pagar	1.374	27.708	1.374	27.707
Outras contas a pagar	(707)	(6.578)	(32.509)	(5.937)
	46.352	91.691	88.390	243.044
CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	7.525	(57.078)	(13.065)	(235.685)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Dividendos recebidos de coligadas	-	-	117	215
Ganho sobre participações	-	-	(34)	485
Títulos e Valores Mobiliários	-	14.711	-	73.914
Aquisições imobilizados e Intangíveis	-	-	(739)	(66)
Efeito da venda de investida anteriormente consolidada	-	-	-	6.737
Operações de mútuos com empresas ligadas	(7.781)	200.111	11.594	163.308
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(7.781)	214.822	10.938	244.593
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Captação de financiamentos e empréstimos	-	-	-	9.348
Amortização de financiamentos e empréstimos - principal	-	-	(19)	(22.975)
Amortização de financiamentos e empréstimos - juros	-	-	(1)	(2.373)
Operações de mútuos com empresas ligadas	257	(162.498)	4.056	3.638
Debêntures	-	4.678	-	-
CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	257	(157.820)	4.036	(12.362)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1	(76)	1.909	(3.454)
Saldo inicial do caixa e equivalentes	98	174	1.660	5.114
Saldo final do caixa e equivalentes	99	98	3.569	1.660
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1	(76)	1.909	(3.454)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
RECEITAS	21.648	(3.771)	9.042	66.261
Venda de mercadorias, produtos e serviços	-	-	42.997	77.370
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(3.770)	(21.004)	(11.028)
Outras Receitas / Despesas	21.648	(1)	(12.951)	(81)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(27.242)	(51.175)	(106.170)	(418.333)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(19.604)	(77.853)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(27.242)	(51.175)	(86.566)	(340.480)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(5.594)	(54.946)	(97.128)	(352.072)
Depreciação e Amortização	(4.206)	(4.220)	(17.208)	(17.871)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	(9.800)	(59.166)	(114.336)	(369.943)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(198.703)	(423.813)	838	21.765
Resultado de Equivalência Patrimonial	(200.163)	(426.103)	(5.596)	(2.067)
Receitas Financeiras	1.460	2.290	6.434	23.832
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(208.503)	(482.979)	(113.498)	(348.178)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL	5.344	6.102	19.310	32.987
Salários e encargos	4.606	4.672	12.614	20.037
Benefícios	582	1.046	4.998	9.589
FGTS	156	384	1.698	3.361
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	2.776	23.774	8.135	35.655
Federais	2.776	23.774	7.747	35.299
Municipais	-	-	388	356
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS DE TERCEIROS	99.547	110.108	180.121	221.870
Juros	99.334	109.865	179.477	220.808
Alugueis	213	243	644	1.062
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS	(316.170)	(622.963)	(321.064)	(638.690)
Prejuízo do exercício	(316.170)	(622.963)	(316.170)	(622.963)
Participação de acionistas minoritários	-	-	(4.894)	(15.727)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	(208.503)	(482.979)	(113.498)	(348.178)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

- - - -

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - em Recuperação Judicial é uma Companhia de capital aberto e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob. nº 76.627.504/0001-06, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 35 3.0035492 3, e está sediada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, Conjunto 1101, 11º andar, Centro, CEP 80410-180.

A Companhia tem como atividade a criação de soluções, a fabricação e o fornecimento de bens de capital, equipamentos e serviços destinados a geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; exploração e beneficiamento de petróleo e gás; infraestrutura para movimentação de cargas; transporte ferroviário e metroviário; implantação e expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Companhia ou através de empresas controladas ou ligadas.

PROCESSO GLOBAL DA REESTRUTURAÇÃO E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 29 de agosto de 2014, a INEPAR S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial ajuizou, em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/05.

A despeito dos esforços da administração junto aos credores, clientes e potenciais investidores, o pedido de recuperação judicial mostrou-se inevitável diante do agravamento da situação de crise econômico-financeira da Companhia.

A medida visou proteger o valor dos ativos das sociedades, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades.

Em 15 de setembro de 2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela INEPAR S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial e demais empresas.

A referida decisão determinou, ainda, dentre outras providências:

- a) Nomeou, como administrador judicial, a sociedade Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.
- b) Determinou a suspensão de todas as ações e execuções em curso contra as sociedades do Grupo Inepar, nos termos do art. 6º, ressalvadas as ações previstas no art. 6º, §§ 1º, 2º e 7º, e o disposto no art. 49, §§ 3º e 4º, todos da LFRE.
- c) Determinou a dispensa de apresentação de certidões negativas para que as empresas exerçam suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais e creditícios, e
- d) Determinou a apresentação, pelas empresas, de plano de recuperação judicial, na forma do art. 53 da LFRE, até o dia 24 de novembro de 2014.

O Plano de Recuperação Judicial foi apresentado no prazo determinado.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 13 de maio de 2015, os credores do Grupo Inepar, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do plano de recuperação judicial proposto pelas empresas em recuperação.

Em 21 de maio de 2015, o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo proferiu decisão homologando o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas empresas do Grupo Inepar.

De acordo com o Plano de Recuperação Judicial os credores formalizaram a escolha da sua respectiva opção de recebimento dos créditos no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da Homologação Judicial do Plano, portanto, o prazo encerrou-se em 21 de julho de 2015.

Dando sequência aos procedimentos legais sobre a Recuperação Judicial, a Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial, realizou Assembleias com os acionistas nos dias 14 e 15 de outubro e em 25 de novembro e 28 de dezembro de 2015, visando às emissões das ações e debêntures perpétuas necessárias para cumprir os compromissos com os credores da Recuperação Judicial de todas as empresas do Grupo.

As empresas Inepar já honraram com aproximadamente 83% dos compromissos assumidos no Plano de Recuperação na ordem de R\$ 1,9 bilhões, restando R\$ 322,0 milhões sendo que R\$ 53,0 milhões estão vencidos e a vencer no ano de 2018.

Conforme o Plano de Recuperação Judicial, os ativos das empresas Inepar foram avaliados em R\$ 3,2 bilhões (base novembro de 2014).

Os efeitos das conversões das dívidas em ações e debêntures foram refletidos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015.

Com base em Parecer Contábil do Professor Eliseu Martins, a Companhia classificou nas demonstrações financeiras as debêntures perpétuas emitidas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que as mesmas não geram obrigação da Companhia de entregar caixa ou outro instrumento patrimonial em condições desfavoráveis, sendo mandatoriamente conversíveis em ações.

A diferença entre o passivo baixado e o valor justo da debênture emitida, foi reconhecida como outros resultados abrangentes e não no resultado do exercício.

Ainda, com base no parecer dos nossos consultores jurídicos, efetuamos a reclassificação, em 2015, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia e serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$ 237.520 mil.

Destacamos ainda, que conforme as AGE's nºs 84º e 85º, realizadas em 25 de novembro e 28 de dezembro de 2015 respectivamente, foram autorizadas as 6º, 7ª, 8ª e 9ª emissão das debêntures perpétuas, totalizando o montante de R\$ 247.861 mil e as mesmas AGE's autorizaram também os aumentos de capital no montante de R\$ 163.592 mil.

O Plano de Recuperação Judicial propiciou à Companhia aderir em 2015 ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) instituído pela Lei 12.996/2014 de 20/06/2014. A adesão ao referido Refis permitiu uma redução no montante dos débitos com o aproveitamento dos benefícios previstos na legislação aplicável, de redução de juros, multas e encargos legais, bem como a liquidação dos juros e multas remanescentes por meio da utilização do prejuízo fiscal e base negativa da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Inepar, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações societárias, dentre as quais destacamos:

- Venda da participação acionária da Iesa no capital da TIISA-Infraestrutura S.A..
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A..
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., o que nos permitiu recursos para a adesão ao Refis, e também permitiu recursos para encerrar o processo jurídico com a Itiquira Energética e Swiss RE.
- Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (atual Energisa Mato Grosso S.A.).
- Venda da participação acionária da Iesa no capital da Inepar Capacitores S.A..

Estas monetizações de ativos “non-core” como Andritz e TIISA, propiciaram que as empresas Inepar fizessem a adesão ao programa Refis, permitindo assim uma redução considerável das suas dívidas tributárias.

A Inepar S.A. Indústria e Construções celebrou em 21 de novembro de 2016 contrato de prestação de serviços de escrituração com o Banco Petra S.A., para atuar como escriturador e banco liquidante das debêntures, sendo que o referido banco realizou a entrega das debêntures aos credores quirografários que optaram por converter os seus créditos em debêntures, nos termos do Plano de Recuperação Judicial da Companhia, e aos acionistas que exerceram o direito de preferência para subscrição das debêntures.

Após a reestruturação financeira efetivada nas empresas Inepar os credores concursais passarão a deter aproximadamente 83,5% de participação societária das empresas Inepar.

Outro item importante que destacamos refere-se as emissões das debêntures perpétuas conversíveis em ações, remuneradas por lucros, sem desconto no valor de face das dívidas novas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

A empresa continua empenhada em recompor a sua carteira de pedidos, visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível.

No médio e longo prazo, com a recuperação da economia brasileira, a empresa através das suas subsidiárias tende a gerar oportunidade com projetos na área de infraestrutura, pois neste período de recuperação judicial efetuou uma readequação nas suas despesas operacionais e redução dos custos de fabricação.

A Companhia está atenta ao mercado para continuar vendendo os seus ativos “non-core”, o que deverá gerar saldo de caixa positivo.

Com o objetivo de manter a continuidade da empresa com geração de fluxo de caixa positivo para cumprir com as obrigações do Plano de Recuperação e também para suprir as necessidades de caixa dos projetos que estão em andamento e para os demais projetos que a empresa irá participar a administração está trabalhando para a concretização da intenção de alienação de diversos ativos listados no Plano de Recuperação Judicial, entre os quais citamos:

- Alienação das ações da UPI IOG (Óleo&Gás), das ações da UPI de Charqueadas, e do imóvel de Macaé.
- Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara. O Leilão previsto inicialmente para ser realizado em 13 de abril de 2018, foi por decisão do Sr, Juiz responsável pela RJ transferido para o dia 21 de maio de 2018.
- O leilão foi realizado nesta data tendo a Andritz Hydro declarada a vencedora.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Constituição do FIDC (Fundo de Investimento em direitos creditórios não padronizados) com diversos ativos financeiros, com o objetivo de liquidação das dívidas constantes do Plano de Recuperação Judicial.
- Acordo com os bancos para liquidação da nossa dívida, utilizando principalmente as cotas do FIDC acima mencionado.
- Arbitragem envolvendo o cancelamento por parte da Petrobras do contrato de fornecimento de módulos para plataformas.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas.

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes das demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora constante nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 21 de junho de 2018.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

3.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Inepar S.A. Indústrias e Construções - em Recuperação Judicial e suas controladas apresentadas abaixo:

<u>Empresas</u>	Participação - %	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Penta Participações e Investimentos Ltda.	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	100,00	100,00

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei Nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela NBC TG 36 (R3), dos quais destacamos os seguintes:

a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Sociedades incluídas na consolidação;

b) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;

c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;

d) Destaque dos valores da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado;

e) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3 Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4 Conversão em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de Reais.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

3.6 Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: a) mensurados ao valor justo por meio do resultado; b) recebíveis; c) disponíveis para venda e d) outros ativos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros que não se qualificam nas categorias “a” e “b” acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (“*impairment*”).

3.7 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para “*impairment*” (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e ajustado pela provisão para “*impairment*” se necessária.

3.8 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.9 Investimentos

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.10 Imobilizado

A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído.

O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

3.12 “Impairment” de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “impairment” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do “impairment”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “impairment”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “impairment” na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”.

Estes testes são realizados, de acordo com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

3.13 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14 Financiamentos e empréstimos

Os financiamentos e empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

3.17 Participação nos Lucros

Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas.

No consolidado, a Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

3.18 Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e, no consolidado, inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos, de acordo com a Resolução CFC no. 1.411/12 que deu nova redação à Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 17 – Contratos de Construção do Conselho Federal de Contabilidade.

3.19 Reconhecimento das Receitas de Vendas

As receitas de vendas, no consolidado, compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade;
- (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda; e
- (iv) pelo método da percentagem completada, a receita do contrato é reconhecida na Demonstração do Resultado nos períodos contábeis em que o trabalho for executado, o mesmo ocorrendo com os custos do trabalho com os quais se relaciona, conforme determina a NBC TG 17 – Contratos de Construção.

3.20 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

3.21 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- c) “impairment” dos ativos imobilizados, intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social;
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

3.22 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não entraram em vigor. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e revisado em outubro de 2010. O IFRS 9 é o primeiro padrão emitido como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A determinação deve ser feita no momento inicial da contratação do instrumento financeiro. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. Para passivos financeiros a norma retém a maior parte dos requerimentos do IAS 39. A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo relativa ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em “Outros resultados abrangentes” e não no resultado do período. A orientação incluída no IAS 39 sobre impairment dos ativos financeiros e contabilização de hedge continua a ser aplicada. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018.

- IFRS 15 – Receita de contratos com clientes – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida. Essa norma entrará em vigor em 2018 e substitui a IAS 11 – Contratos de construções, IAS 18 – Receitas e correspondentes interpretações.

- IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil (ainda não possui norma brasileira equivalente) – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações.

NOTA 4 - GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC números 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) **Recebíveis:** São classificados como recebíveis os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

c) **Derivativos:** A Companhia não mantém operações em derivativos.

d) **Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes, que são avaliados pelo custo amortizado.

e) **Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.

f) **Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia realiza o gerenciamento da exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

• Risco de crédito

A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas e coligadas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de crédito. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

• Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso, a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

• Riscos de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de taxa de câmbio. Para reduzir esse risco a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

• Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos.

• Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Exposição Cambial

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções nºs. 475/08 e 550/08, apresentamos a seguir, demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial				
	31/12/2017	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Passivos				
Divida Bancária	36.142	39.756	43.370	46.985
Exposição Líquida - R\$ Mil	36.142	39.756	43.370	46.985
Exposição Líquida - US\$ Mil	10.886	10.886	10.886	10.886
Taxa Dólar	3,32	3,65	3,98	4,32

Cenário I: Variação de 10% na taxa do dólar

Cenário II: Variação de 20% na taxa do dólar

Cenário III: Variação de 30% na taxa do dólar

Variação Cambial

A Companhia está sujeita ao risco cambial em decorrência, principalmente, de empréstimos em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía uma exposição cambial de US\$ 10.886 milhões, conforme quadro acima.

Exposição a Juros

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentam riscos relevantes e, portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instrução nº475/08 e 550/08.

Instrumentos Financeiros por Categoria

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2016 conforme balanço patrimonial	Controladora				Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2016 conforme balanço patrimonial	Controladora	
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Outros ativos financeiros	Total		Outros passivos financeiros	Total
Circulante					Circulante		
Caixa e equivalentes (a)	87	11	-	98	Fornecedores (f)	20.498	20.498
Contas a receber (b)	-	9.796	-	9.796	Empréstimos e financiamentos (g)	93.387	93.387
Títulos e valores mobiliários (c)	-	32.782	-	32.782	Debêntures (h)	125.295	125.295
Outros créditos (e)	-	-	3.323	3.323	Títulos a pagar (i)	32.478	32.478
Total Circulante	87	42.589	3.323	45.999	Outras contas a pagar (j)	134.304	134.304
					Total Circulante	405.962	405.962
Não Circulante					Não Circulante		
Contas a receber (b)	-	482	-	482	Empréstimos e financiamentos (g)	255.444	255.444
Títulos e valores mobiliários (c)	-	-	-	-	Títulos a pagar (i)	-	-
Títulos a receber (d)	-	7.774	-	7.774	Outras contas a pagar (j)	9.162	9.162
Total Não Circulante	-	8.256	-	8.256	Total Não Circulante	264.606	264.606
TOTAL GERAL	87	50.845	3.323	54.255	TOTAL GERAL	670.568	670.568

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017 conforme balanço patrimonial	Controladora				Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2017 conforme balanço patrimonial	Controladora	
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Outros ativos financeiros	Total		Outros passivos financeiros	Total
Circulante					Circulante		
Caixa e equivalentes (a)	88	11	-	99	Fornecedores (f)	22.402	22.402
Contas a receber (b)	-	9.522	-	9.522	Empréstimos e financiamentos (g)	132.431	132.431
Títulos e valores mobiliários (c)	-	32.782	-	32.782	Debêntures (h)	129.626	129.626
Outros créditos (e)	-	-	10.295	10.295	Títulos a pagar (i)	33.852	33.852
Total Circulante	88	42.315	10.295	52.698	Outras contas a pagar (j)	131.333	131.333
					Total Circulante	449.644	449.644
Não Circulante					Não Circulante		
Contas a receber (b)	-	482	-	482	Empréstimos e financiamentos (g)	264.728	264.728
Títulos e valores mobiliários (c)	-	-	-	-	Outras contas a pagar (j)	11.426	11.426
Títulos a receber (d)	-	7.774	-	7.774			
Total Não Circulante	-	8.256	-	8.256	Total Não Circulante	276.154	276.154
TOTAL GERAL	88	50.571	10.295	60.954	TOTAL GERAL	725.798	725.798

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2016 conforme balanço patrimonial	Consolidado				Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2016 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Derivativos usados Empréstimos ra e Recebíveis je	Outros ativos financeiros	Total		Outros passivos financeiros	Total
Circulante					Circulante		
Caixa e equivalentes (a)	291	1.369	-	1.660	Fornecedores (f)	100.726	100.726
Contas a receber (b)	-	220.628	-	220.628	Empréstimos e financiamentos (g)	183.118	183.118
Títulos e valores mobiliários (c)	-	32.797	-	32.797	Debêntures (h)	125.295	125.295
Títulos a receber (d)	-	4.160	-	4.160	Títulos a pagar (i)	32.616	32.616
Outros créditos (e)	-	-	50.295	50.295	Outras contas a pagar (j)	220.029	220.029
Total Circulante	291	258.954	50.295	309.540	Total Circulante	661.784	661.784
Não Circulante					Não Circulante		
Contas a receber (b)	-	36.399	-	36.399	Empréstimos e financiamentos (g)	277.175	277.175
Títulos e valores mobiliários (c)	-	-	-	-	Títulos a pagar (i)	-	-
Títulos a receber (d)	-	8.052	-	8.052	Outras contas a pagar (j)	13.406	13.406
Outros Créditos (e)	-	-	36.360	36.360			
Total Não Circulante	-	44.451	36.360	80.811	Total Não Circulante	290.581	290.581
TOTAL GERAL	291	303.405	86.655	390.351	TOTAL GERAL	952.365	952.365

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017 conforme balanço patrimonial	Consolidado				Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2017 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Derivativos usados Empréstimos ra e Recebíveis je	Outros ativos financeiros	Total		Outros passivos financeiros	Total
Circulante					Circulante		
Caixa e equivalentes (a)	288	3.281	-	3.569	Fornecedores (f)	113.547	113.547
Contas a receber (b)	-	224.604	-	224.604	Empréstimos e financiamentos (g)	236.021	236.021
Títulos e valores mobiliários (c)	-	32.797	-	32.797	Debêntures (h)	129.626	129.626
Títulos a receber (d)	-	4.160	-	4.160	Títulos a pagar (i)	33.990	33.990
Outros créditos (e)	-	-	31.407	31.407	Outras contas a pagar (j)	185.014	185.014
Total Circulante	288	264.842	31.407	296.537	Total Circulante	698.198	698.198
Não Circulante					Não Circulante		
Contas a receber (b)	-	36.399	-	36.399	Empréstimos e financiamentos (g)	284.886	284.886
Títulos a receber (d)	-	7.774	-	7.774	Outras contas a pagar (j)	15.912	15.912
Títulos e valores mobiliários (c)	-	-	-	-			
Outros Créditos (e)	-	-	16.220	16.220			
Total Não Circulante	-	44.173	16.220	60.393	Total Não Circulante	300.798	300.798
TOTAL GERAL	288	309.015	47.627	356.930	TOTAL GERAL	998.996	998.996

(a) Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras estão estruturadas em CDB's, e corrigidas em base exponencial "pro rata die", desde a data de origem de cada aplicação, por taxas pós-fixadas, portanto, os valores contábeis já estão registrados pelo valor da moeda no encerramento destas demonstrações.

(b) Contas a receber

As contas a receber do ativo circulante correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos ou prestações de serviço.

(c) Títulos e Valores Mobiliários

Os valores lançados nesta rubrica referem-se aos direitos creditórios adquiridos para pagamentos de obrigações tributárias (ICMS).

(d) Títulos a receber

Referem-se, principalmente, aos créditos devidos pela Prefeitura Municipal de Chapecó.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(e) Outros Créditos

Referem-se, principalmente, aos adiantamentos efetuados às consorciadas pertencentes ao Consórcio IESA/Consbem responsáveis pelo fornecimento e instalação de vias permanentes para a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), e aos créditos pela venda pela IESA Projetos de parte da participação societária na TIISA – Triunfo IESA Infraestrutura S.A..

(f) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos de fornecedores pela Companhia e por suas controladas e coligadas.

(g) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos não são contemplados com taxas subsidiadas, todas as operações possuem taxas que são consideradas taxas de mercado.

(h) Debêntures

O valor contábil das debêntures estão atualizados de acordo com as cláusulas contratuais constantes da escritura de subscrição.

(i) Títulos a pagar

São valores devidos a terceiros, principalmente, por conta de acordos judiciais, e os valores estão atualizados pelo IGPM.

(j) Outras contas a pagar

Referem-se, principalmente, aos valores devidos às empresas constituídas em consórcios/SCP, e seus valores estão atualizados.

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Bancos Conta Movimento	11	11	3.281	1.369
Aplicação Financeira	88	87	288	291
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	99	98	3.569	1.660

Caixa e equivalentes incluem caixa, contas bancárias nacionais e aplicações financeiras estruturadas em CDBs remunerados por taxas que variam entre 100,0% a 102,0% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 6 – CLIENTES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Cientes interno	23.484	23.758	311.012	316.086
Cientes externo	-	-	3.696	3.663
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(13.480)	(13.480)	(53.705)	(62.722)
	<u>10.004</u>	<u>10.278</u>	<u>261.003</u>	<u>257.027</u>
Circulante	9.522	9.796	224.604	220.628
Não circulante	482	482	36.399	36.399

Os valores contabilizados em Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa são apurados após análise individual de cada cliente, levando-se em consideração o período de atraso dos valores a receber e a situação atual de cada devedor.

NOTA 7 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Outras Aplicações e Títulos	32.782	32.782	32.797	32.797
	<u>32.782</u>	<u>32.782</u>	<u>32.797</u>	<u>32.797</u>
Circulante	32.782	32.782	32.797	32.797

Refere-se, principalmente, a compra de direitos creditórios, conforme instrumento particular assinado entre a Inepar e a empresa Atlântico Agropastoril Ltda., cujos valores serão utilizados para liquidação de passivos tributários (ICMS).

NOTA 8 – ESTOQUES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Produtos em elaboração	24	1.166
Insumos e materiais	122.945	145.131
Adiantamentos a fornecedores	29.343	33.997
Importações em andamento	38.616	41.015
	<u>190.928</u>	<u>221.309</u>

O saldo de produtos em elaboração refere-se a custos de obras em andamento que foram suportados pelas Companhias coligadas e controladas e que ainda não foram medidos ou cobrados dos clientes; a realização destes valores está condicionada ao cumprimento de etapas de serviços que serão faturados aos clientes ao longo da execução dos projetos (obras).

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 9 – TÍTULOS A RECEBER

O saldo de títulos a receber está composto por valores da Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial e das controladas IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial e Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial, conforme demonstrado abaixo:

	<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONSOLIDADO</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Créditos com terceiros (a)	7.774	7.774	7.774	7.774
Debêntures 1º emissão CBD	-	-	4.160	4.160
Outros créditos	-	-	-	278
	<u>7.774</u>	<u>7.774</u>	<u>11.934</u>	<u>12.212</u>
Circulante	-	-	4.160	4.160
Não circulante	7.774	7.774	7.774	8.052

- a) O valor lançado na rubrica de créditos com terceiros refere-se, aos créditos contra a DNOS – Departamento Nacional de Obras e Saneamentos, por conta de processo em que a Inepar obteve decisão judicial favorável.

NOTA 10 – CRÉDITOS DE IMPOSTOS

	<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONSOLIDADO</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
IR/CSLL retido na fonte	-	-	1.842	-
Impostos e contribuições a compensar	448	1.062	448	4.233
ICMS a recuperar	53	53	4.252	4.528
IPI a recuperar	974	974	1.174	1.211
PIS/COFINS lei 9718/98	-	8.439	-	8.439
PIS/COFINS lei 10833/03	-	-	1.032	-
Adiantamentos efetuados - parcelamentos (b)	-	20.822	2.717	30.915
Impostos e contribuições retidos na fonte	11	11	11	1.673
IRPJ diferido sobre diferenças temporárias (a)	24.503	24.956	56.461	55.677
CSLL diferido sobre diferenças temporárias (a)	8.821	8.984	16.601	20.044
Créditos transferidos de terceiros (c)	-	2.016	-	2.016
Créditos fiscais a compensar	-	3.185	-	3.187
Demais créditos (d)	7.435	7.182	11.098	8.966
	<u>42.245</u>	<u>77.684</u>	<u>95.636</u>	<u>140.889</u>
Circulante	8.670	13.641	19.118	24.449
Não circulante	33.575	64.043	76.518	116.440

a) Os valores referentes ao imposto de renda e a contribuição social diferido, na controladora, referem-se a créditos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social, reconhecidos até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

b) Constituição de créditos por conta de pagamentos efetuados antecipadamente para a Receita Federal do Brasil e que serão compensados nos próximos parcelamentos.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Refere-se aos créditos fiscais recebidos da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A, que foram transferidos para a Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial, quando da venda da participação acionária da AHI, realizada no exercício de 2015. Estes créditos foram utilizados pela Inepar para liquidação da parcela inicial de até 20% prevista no programa Refis Lei 12.996/2014. O saldo remanescente será utilizado para pagamento das parcelas vincendas deste parcelamento. Para a utilização destes créditos a Inepar obteve parecer favorável da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Araraquara-SP.

d) Correspondem, em sua maioria, a processos administrativos de pedidos de restituição de INSS recolhidos indevidamente junto à Receita Federal do Brasil e que se encontram na fase de análise.

NOTA 11 – OUTROS CRÉDITOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamento a Empregados	58	89	1.042	2.051
Créditos com empresas constituídas em SCP (a)	-	-	8.847	8.847
Adiantamento a Fornecedores	1.680	1.795	2.448	2.551
Notas de débitos a Emitir / Receber	-	-	1.546	1.496
Valores a Receber - venda participação TIISA (b)	-	-	11.785	26.791
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	950	-	950
Prefeitura de Chapecó (c)	-	-	-	17.021
Gerdau S/A(d)	15.578	-	15.578	-
Créditos com a Central Companhia Transporte (e)	-	-	-	16.294
Outros	493	489	6.381	10.654
Total	17.809	3.323	47.627	86.655
Circulante	10.295	3.323	31.407	50.295
Não circulante	7.514	-	16.220	36.360

a) Refere-se aos adiantamentos efetuados às sócias da SCP (Sociedade por Conta de Participação) IESA/Consbem, responsável por um empreendimento junto a Companhia de Transporte de Salvador (CTS).

b) Refere-se ao saldo do valor da venda pela IESA, de 32,47% da participação societária da TIISA – Triunfo IESA Infraestrutura S.A., conforme contrato de compra e venda de ações de 01/12/2014, devidamente aprovada pelo Juiz da Recuperação Judicial. O valor de R\$ 11.785 refere-se ao crédito de energia elétrica recebida como parte de pagamento para ser consumida pela IESA até 2019. A redução do saldo em relação ao exercício de 2017 ocorreu em virtude das parcelas que foram descontados por terceiros.

c) Refere-se à ação ordinária de cobrança em fase de cumprimento de sentença movida contra a Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística, cujos créditos foram transferidos para terceiros.

d) Refere-se aos créditos devidos pela Gerdau S/A, conforme o primeiro aditamento ao Instrumento jurídico particular de promessa de compra e venda de ações celebrado em 24 de dezembro de 2002. Adicionalmente, em dezembro de 2017 foi celebrado o primeiro aditamento do contrato, definindo a forma de recebimento pela Companhia.

e) Refere-se aos créditos devidos pela Prefeitura Municipal de Chapecó e está contabilizado na controlada IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 12 – INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Participação em controladas/coligadas (a)	477.422	515.516	222.656	223.694
Bens não operacionais	23	23	23	23
Propriedade para Investimentos (b)	-	-	32.765	32.765
Outros investimentos (c)	2.616	2.616	3.304	3.304
	480.061	518.155	258.748	259.786

a) Participações em empresas controladas/coligadas

	Capital Social	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Resultado de Equivalência	Valor do Investimento	
					31/12/2017	31/12/2016
<u>Controladas/Coligadas</u>						
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. (i)	200.809	(949.124)	(157.673)	(157.673)	-	-
Companhia Brasileira de Diques S.A. (ii)	2.637	336.219	(9.355)	(4.652)	167.168	167.423
Penta Participações e Investimento Ltda. (iii)	230.601	170.662	379	379	170.662	170.282
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	191.423	139.592	(38.219)	(38.219)	139.592	177.811
Innovida Participações S.A.	12.541	(6.546)	-	-	-	-
				(200.165)	477.422	515.516
	Quantidade de ações possuídas (em milhares)		Participação em	Participação no capital votante em %		
	O . N.	P. N.	%			

Controladas/Coligadas

IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	149.799	-	74,60	100,00
Companhia Brasileira de Diques S.A.	289	-	49,72	49,72
Penta Participações e Investimento Ltda.	230.601	quotas	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	246.386	66.035	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	12.541	-	100,00	100,00

(i) IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial

A Companhia capitalizou em 2003 a controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial, mediante a transferência de acervo técnico e máquinas e equipamentos, com base em seus valores de mercados, definidos em laudos de avaliação emitidos por empresa especializada, em 30 de abril e 31 de maio de 2003 e Instrumento Particular de Transferência, celebrado em 07 de abril de 2003.

Tendo em vista a IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial apresentar Passivo a Descoberto em 31 de dezembro de 2017, a Inepar constituiu provisão até a totalidade do valor do passivo a descoberto conforme descrito na nota 23.

(ii) Companhia Brasileira de Diques S.A.

Refere-se à aquisição, em 31 de março de 2012, de 50% de participação no capital da Companhia Brasileira de Diques, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e outras Avenças, no valor de R\$ 608.734.

Conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária, de 29 de Junho de 2014, foi deliberado sobre o aumento do Capital no montante de R\$ 986 mediante a emissão de 3.288 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$ 300,00. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pela Partbank Consultoria Financeira e Administração de Bens e Participações Ltda. Desta forma, a participação da INEPAR S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial foi reduzida para 49,72%.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) Penta Participações e Investimentos Ltda.

Refere-se ao investimento realizado na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. em 2004 através da participação acionária mantida na empresa Centrais Elétricas Matogrossenses – CEMAT. Em 11 de dezembro de 2015, a participação acionária na CEMAT foi transferida para o BNDES para abatimento das dívidas junto a este órgão.

b) Propriedade para Investimentos

Corresponde ao imóvel localizado na cidade de Magé no Estado do Rio de Janeiro, pertencente à controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A. – em Recuperação Judicial, este imóvel está com o valor avaliado pelo valor de mercado. O referido imóvel será utilizado pela empresa para liquidação de passivos juntos aos bancos credores.

c) Outros investimentos

O valor de outros investimentos no consolidado corresponde principalmente aos investimentos na Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A..

NOTA 13 – IMOBILIZADO

Controladora	Edificações e Máquinas e Móveis e Instalações e Equipamentos							Total
	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos	Utensílios	Ferramentas	de Informática	Outros	
Taxas anuais de depreciação	0%	25%	10% a 40%	10%	2% a 10%	1% a 10%	10% a 30%	
Em 31 de Dezembro de 2016								
Custo	20.129	197.815	23.653	21	5.515	13	3.989	251.136
Depreciação Acumulada	-	(88.261)	(22.607)	(7)	(5.037)	(5)	(1.767)	(117.683)
Valor contábil líquido	20.129	109.554	1.046	14	478	8	2.222	133.453
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(4.003)	(178)	(2)	(23)	(1)	-	(4.206)
Baixas da Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	20.129	105.551	868	12	455	7	2.222	129.247
Em 31 de Dezembro de 2017								
Custo	20.129	197.815	23.653	21	5.515	13	3.989	251.137
Depreciação Acumulada	-	(92.264)	(22.785)	(9)	(5.060)	(6)	(1.767)	(121.889)
Valor contábil líquido	20.129	105.551	868	12	455	7	2.222	129.247

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	Edificações e		Máquinas e	Móveis e	Instalações e	Equipamentos	Outras	Total
	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos	Utensílios	Ferramentas	de Informática	Imobilizações	
Taxas anuais de depreciação	0%	4% a 25%	10% a 40%	10%	2% a 10%	1% a 10%	10% a 30%	
Em 31 de Dezembro de 2016								
Custo	29.741	233.446	206.661	6.801	13.670	17.709	80.894	588.922
Depreciação Acumulada	-	(95.090)	(107.986)	(4.894)	(5.768)	(11.585)	(1.767)	(227.090)
Valor contábil líquido	29.741	138.356	98.675	1.907	7.902	6.124	79.127	361.832
Adições	-	-	738	1	-	-	-	739
Baixas	-	-	(4.730)	-	-	-	-	(4.730)
Depreciação	-	(4.463)	(8.182)	(374)	(251)	(1.231)	-	(14.501)
Baixas da Depreciação	-	-	2.653	-	-	-	-	2.653
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	29.741	133.893	89.154	1.534	7.651	4.893	79.127	345.995
Em 31 de Dezembro de 2017								
Custo	29.741	233.446	202.669	6.802	13.670	17.709	80.894	584.932
Depreciação Acumulada	-	(99.553)	(113.515)	(5.268)	(6.019)	(12.816)	(1.767)	(238.938)
Valor contábil líquido	29.741	133.893	89.154	1.534	7.651	4.893	79.127	345.995

A Companhia procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22 de dezembro 2009 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma, a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por empresa especializada.

A Companhia realiza testes de recuperabilidade para os ativos intangíveis de vida útil indefinida bem como do imobilizado, não identificando perdas por “impairment”.

Metodologia utilizada para determinar o cálculo da depreciação

A base adotada para determinar o cálculo da depreciação foi à política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de valor residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens, a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção “in loco” de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes;
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens;
- Política de Manutenção – Visando salvaguardar os ativos;

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação foram revistos no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado.

Neste exercício, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizado foi necessária.

NOTA 14 – INTANGÍVEL

	Controladora		Total
	Marcas e Patentes	Ágio sobre Investimentos	
Taxas anuais de amortização	20%	0%	
Em 31 de Dezembro de 2016			
Custo	247	391.513	391.760
Amortização acumulada	(247)	-	(247)
Valor contábil líquido	-	391.513	391.513
Em 31 de Dezembro de 2017			
Custo	247	391.513	391.760
Amortização acumulada	(247)	-	(247)
Valor contábil líquido	-	391.513	391.513

	Consolidado				Total
	Marcas e Patentes	Desenvolv Projetos	Programas de Computador	Ágio sobre Investimentos	
Taxas anuais de amortização	20%	20%	20%	0%	
Em 31 de dezembro de 2016					
Custo	247	937	34.076	391.513	426.773
Amortização acumulada	(247)	(664)	(11.271)	-	(12.182)
Valor contábil líquido	-	273	22.805	391.513	414.591
Amortização	-	(88)	(2.621)	-	(2.709)
Saldo Final	-	185	20.184	391.513	411.882
Em 31 de dezembro de 2017					
Custo	247	937	34.076	391.513	426.773
Amortização acumulada	(247)	(752)	(13.892)	-	(14.891)
Valor contábil líquido	-	185	20.184	391.513	411.882

A avaliação econômica da Companhia Brasileira de Diques S.A., foi efetuada pela empresa especializada Moore Stephens Auditores e Consultores e o valor de mercado calculado através da metodologia do fluxo de caixa descontado a valor presente, perfaz o valor total de R\$ 1.217.468.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Emissão	Empresa	Saldo	Adições/	
		31/12/2016	Baixas	31/12/2017
3ª	Inepar S.A. Indústria e Construções	1.861	41	1.902
4ª	Inepar S.A. Indústria e Construções	2.241	232	2.473
5ª	Inepar S.A. Indústria e Construções	121.193	4.058	125.251
	SALDO CONTROLADORA	125.295	4.331	129.626

Quinta emissão Inepar S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial

A 80ª Assembleia Geral Extraordinária, de 18 de julho de 2012, aprovou a emissão de 15.000 debêntures de série única, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10 totalizando o montante de R\$ 150.000. As Debêntures são objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, a Oferta Restrita automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976.

As Debêntures emitidas possuem garantias reais representadas pela cessão fiduciária de direitos creditórios e de aplicação financeira e alienação fiduciária de bem imóvel. As Debêntures contarão com as garantias a seguir descritas:

- (i) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de instrumentos celebrados pela Iesa - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em recuperação judicial e seus clientes, bem como dos direitos emergentes da conta vinculada e de suas aplicações;
- (ii) alienação fiduciária de bem imóvel de propriedade da IESA Óleo & Gás S.A. – em Recuperação Judicial;
- (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios sobre aplicação financeira de titularidade da Companhia; e
- (iv) fiança em favor dos Debenturistas ou seus sucessores legais, prestada pela Inepar Administração e Participações S.A. – em Recuperação Judicial, pela Iesa - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial e pela IESA Óleo & Gás S.A. – em Recuperação Judicial, as quais se obrigarão solidariamente à Companhia como fiadoras e principais pagadoras pelo pagamento de todos e quaisquer valores devidos nos termos da Escritura de Emissão.

Remuneração das Debêntures

As Debêntures farão jus à remuneração composta pela atualização monetária e pelos juros remuneratórios, pagos mensalmente, a partir do 13º mês contado da data de emissão (alterado pela 5ª AGD de 26/03/2013), conforme abaixo:

Atualização Monetária: o saldo devedor do valor nominal unitário será atualizado, a partir da data da 1ª (primeira) integralização das Debêntures, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A atualização monetária será automaticamente incorporada ao valor nominal unitário e será paga juntamente com as parcelas de amortização programada;

Juros Remuneratórios: sobre o saldo devedor do valor nominal unitário atualizado, incidirão juros prefixados, correspondentes a um percentual ao ano, equivalente a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a data da primeira integralização ou data de pagamento dos juros remuneratórios das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento;

Prazo de Carência: haverá período de carência para pagamento da Amortização Programada e da Remuneração, o qual corresponderá ao período entre a data de emissão e o 14º (décimo quarto) mês contado da data de emissão (alterado pela 18ª AGD de 27/09/2013).

Data de Vencimento: 48 (quarenta e oito) meses contados da Data de Emissão, ou seja, no dia 27 de julho de 2016.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Amortização Programada das Debêntures: a amortização programada das Debêntures será realizada mensalmente, juntamente com o pagamento da remuneração, nas datas e nos percentuais aduzidos na escritura de emissão, devendo os percentuais das amortizações programadas serem aplicados sempre sobre o valor nominal unitário atualizado existente após o evento de incorporação da atualização monetária, calculada na data de amortização programada.

Até 31 de dezembro de 2017, haviam sido subscritas 8.634 debêntures, cujo saldo contábil atualizado registrado no passivo é de R\$ 125.252.

Conforme deliberação da 22ª Assembleia Geral de Debenturistas da 5ª emissão, realizada em 16 de abril de 2014, a totalidade dos debenturistas deliberou pelo vencimento antecipado da operação. Em virtude desta decisão, os valores foram reclassificados para o passivo circulante.

A Empresa está em negociações com os debenturistas para a liquidação do saldo existente.

NOTA 17 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Parcelamento Especial Lei 11.941/09 (a)	420.573	396.262	475.701	448.437
ICMS a recolher/Parcelamentos	43.956	36.978	68.353	44.745
INSS a recolher/Parcelamentos	4.097	3.888	56.553	22.586
PIS/COFINS Diferido	518	518	11.933	11.932
ISS a recolher/Parcelamentos	70.481	7.231	83.652	19.338
PIS/COFINS a recolher/Parcelamentos	10.758	8.508	44.860	35.342
Impostos e Contribuições retidos na fonte	2.371	-	6.845	3.862
Parcelamento simplificado (Pepar)	-	-	-	19.776
Débito previdenciário não consolidado	-	61.021	-	92.100
Parcelamento Refis lei 12.996/14 (b)	16.886	15.792	146.856	137.135
Outros	5.521	7.596	19.895	13.787
	575.161	537.794	914.648	849.040
Circulante	340.881	302.228	541.795	469.114
Não Circulante	234.280	235.566	372.853	379.926

a) Refere-se aos valores remanescentes dos parcelamentos solicitados através da Lei nº 11.941, de 2009, conforme artigo 1º demais débitos no âmbito da Receita Federal do Brasil. Os demais parcelamentos que estavam consolidados de acordo com a Lei nº 11.941 foram transferidos para os parcelamentos previstos na Lei nº 12.996/2014.

b) Em 25/08/2014, a empresa com base na Lei nº 12.996 de 18 de junho de 2014, solicitou os parcelamentos dos débitos junto a PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional) e débitos junto a Receita Federal do Brasil nas modalidades de débitos previdenciários e demais débitos.

Os efeitos contábeis dos parcelamentos solicitados através da Lei nº 12.996, foram reconhecidos no exercício de 2015 tendo em vista que a empresa, por questões financeiras, não apresentou, em agosto de 2014, os recolhimentos das antecipações.

Para quitação das antecipações de até 20% previstas no Programa Refis da Lei 12.996, em 27 de julho de 2015 a Inepar obteve decisão judicial favorável quanto à utilização de créditos depositados judicialmente pela empresa AHI (Andritz Hidro Inepar).

A consolidação dos débitos tributários no âmbito da Receita Federal do Brasil foi efetuada em setembro de 2015, conforme instruções da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1064 de 30 de julho de 2015 e os demais débitos previdenciários ainda serão consolidados. Para liquidação dos juros e multas foram

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

utilizados créditos com base no prejuízo fiscal e base negativa de CSLL nos montantes de R\$ 58.341 e R\$ 21.003 respectivamente.

NOTA 18 - PROVISÃO DE CUSTOS E ENCARGOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ICMS s/Receitas	2.303	2.303	5.337	6.402
ISS s/Receitas	-	-	837	775
Custos a Incorrer	-	-	311.855	333.426
	2.303	2.303	318.029	340.603
Circulante	-	-	315.726	338.300
Não circulante	2.303	2.303	2.303	2.303

Provisão de custos e encargos refere-se a etapas de serviços contratados que ainda não foram faturados pelos respectivos fornecedores. O valor de R\$ 311.855, no consolidado refere-se, principalmente, ao projeto de Charqueadas da controlada IESA Óleo & Gás – em recuperação judicial, cujo contrato encontra-se cancelado por parte da TUPI BV e cuja rescisão será discutida em processo de arbitragem internacional.

NOTA 19 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Adiantamentos ou sinais recebidos por conta de vendas de produtos ou serviços, deduzidos dos valores contabilizados em receitas pelo avanço físico, bem como o total dos faturamentos antecipados.

NOTA 20 – IMPOSTOS DIFERIDOS

20.1 Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias ou até o limite do valor registrado de tributos diferidos passivos.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferidos durante o exercício são as seguintes:

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Controladora					
	Tributos Diferidos Ativos			Tributos Diferidos Passivos		
	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Total
Em 31 de dezembro de 2016	33.940	33.940	16.718	17.814	(592)	33.940
Constituição dos Tributos	-	-	-	-	142	142
Baixa dos Tributos	(154)	(154)	(155)	(132)	-	(287)
Em 31 de março de 2017	33.786	33.786	16.563	17.682	(450)	33.795
Constituição dos Tributos	-	-	-	-	4	4
Baixa dos Tributos	(155)	(155)	(155)	(130)	-	(285)
Em 30 de junho de 2017	33.631	33.631	16.408	17.552	(446)	33.514
Constituição dos Tributos	-	-	-	-	-	-
Baixa dos Tributos	(155)	(155)	(155)	(129)	-	(284)
Em 30 de setembro de 2017	33.476	33.476	16.253	17.423	(446)	33.230
Constituição dos Tributos	-	-	-	-	8	8
Baixa dos Tributos	(155)	(155)	(155)	(130)	-	(285)
Em 31 de dezembro de 2017	33.321	33.321	16.098	17.293	(438)	32.953

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Consolidado								
	Tributos Diferidos Ativos			Tributos Diferidos Passivos					
	Prejuízos Fiscais e Base Negativa	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Impostos s/ Lucros Estatais	Outros Impostos Diferidos	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Total
Em 31 de dezembro de 2016	9.213	66.509	75.722	16.718	41.997	5.488	32.503	14.676	111.382
Constituição dos Tributos	-	-	-	-	-	-	-	142	142
Baixa dos Tributos	-	(925)	(925)	(155)	-	(724)	(349)	(610)	(1.838)
Em 31 de março de 2017	9.213	65.584	74.797	16.563	41.997	4.764	32.154	14.208	109.686
Constituição dos Tributos	-	-	-	-	-	-	-	4	4
Baixa dos Tributos	-	(330)	(330)	(155)	-	(5)	(570)	(19)	(749)
Em 30 de junho de 2017	9.213	65.254	74.467	16.408	41.997	4.759	31.584	14.193	108.941
Constituição dos Tributos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa dos Tributos	-	(327)	(327)	(155)	-	-	(330)	(18)	(503)
Em 30 de setembro de 2017	9.213	64.927	74.140	16.253	41.997	4.759	31.254	14.175	108.438
Constituição dos Tributos	-	-	-	-	-	-	-	8	8
Baixa dos Tributos	-	(1.079)	(1.079)	(155)	-	(10)	(380)	(286)	(831)
Em 31 de dezembro de 2017	9.213	63.848	73.061	16.098	41.997	4.749	30.874	13.897	107.615

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20.2 Despesas com Tributos sobre o Lucro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo Antes dos Tributos sobre o Lucro	(316.539)	(602.124)	(322.171)	(617.533)
IRPJ / CSLL Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%
Total Tributos	-	-	(129)	(378)
Ajustes Apuração Alíquota Efetiva				
Adições/Exclusões	(67.686)	(165.714)	(79.941)	(21.860)
Resultado de Equivalência Patrimonial	68.055	144.875	81.177	703
IRPJ / CSLL no Resultado	369	(20.839)	1.107	(21.157)
Tributos Correntes	-	(20.312)	279	(25.217)
Tributos Diferidos	369	(527)	828	4.060
Alíquota Efetiva	0,12%	-3,46%	-0,34%	3,43%

NOTA 21 - PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado e os valores relativos às operações envolvendo as empresas incluídas no processo de consolidação já se encontram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas uma vez que se compensam.

Os principais saldos das operações estão assim demonstrados em 31 de dezembro de 2017 nas demonstrações financeiras da controladora:

	Ativo Não Circulante	
	Mútuos	
	31/12/2017	31/12/2016
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	171.558	151.831
Inepar Administração e Participações S.A.	63.159	78.332
Inepar Telecomunicações S.A.	249	249
IESA - Óleo & Gás S.A.	58.323	58.323
TT Brasil Estrutura Metálicas S.A.	1.925	1.925
Penta Participações Ltda.	60	-
IESA Transportes S.A.	48.962	48.962
Contas a Receber Empresas ligadas	8.324	5.157
Afac Inepar Innovida Latin America S.A.	6	6
Afac Inepar Innovida Participações S.A.	5.400	5.400
Afac Penta Participações S.A.	9.891	9.891
Afac Usina Hidrelétrica de Cubatão	646	646
	368.503	360.722
Passivo Não Circulante		
Mútuo		
	31/12/2017	31/12/2016
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	201.995	201.995
Penta Participações e Investimentos Ltda	155.492	155.491
Cia.Brasileira de Diques S/A	414	-
Demais Empresas	223	381
	358.124	357.867

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mútuos: a tabela a seguir, apresenta a movimentação de Mútuos com empresas controladas, coligadas e da controladora, e demonstra a variação monetária líquida dos saldos de contratos remanescentes. As taxas utilizadas nos contratos de mútuo são pré-fixadas e refletem o custo de captação de recursos no mercado. O saldo é exigível a qualquer tempo para as Companhias controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial e IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial.

ATIVO	Saldo	Adições/ Baixas/Var.	Saldo
	31/12/2016	Monetária	31/12/2017
Empresas			
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	151.831	19.727	171.558
Inepar Administração e Participações S.A.	78.332	(15.173)	63.159
Inepar Telecomunicações S.A.	249	-	249
IESA - Óleo & Gás S.A.	58.323	-	58.323
TT Brasil Estrutura Metálicas S.A.	1.925	-	1.925
Penta Participações Ltda.	-	60	60
IESA Transportes S.A.	48.962	-	48.962
Contas a Receber Empresas ligadas	5.157	3.167	8.324
AFAC - Inepar Innovida Latin America S.A.	6	-	6
AFAC - Inepar Innovida Participações S.A.	5.400	-	5.400
AFAC - Penta Participações Ltda.	9.891	-	9.891
AFAC - Usina Hidrelétrica de Cubatão	646	-	646
	360.722	7.781	368.503
PASSIVO			
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. (a)	201.995	-	201.995
Penta Participações e Investimentos Ltda (b)	155.491	1	155.492
Cia. Brasileira de Diques S/A	-	414	414
Demais Empresas	381	(158)	223
	357.867	23.077	358.124

- a) Refere-se à transferência de direitos sobre ativos financeiros utilizados pela Companhia para liquidação da alienação de 50% da participação na Companhia Brasileira de Diques.
- b) Refere-se, principalmente, ao valor do investimento nas Centrais Elétricas Matogrossense S.A.-CEMAT alienado pela controlada Penta a favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, pelo valor de R\$ 151.792, conforme decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através do processo nº 1010111-27.2014.8.26.0037. Este valor foi utilizado para amortização de parte da dívida da Inepar junto ao BNDES.

NOTA 22 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. Para estes processos, a Companhia apresentou defesa administrativa e judicial e as provisões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos.

A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída para os processos cuja perda é considerada como provável é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionados aos processos em discussão.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CONTROLADORA - 2017		CONTROLADORA - 2016	
	Possível	Provável	Possível	Provável
Trabalhistas	952	31.580	402	30.489
Tributárias	673.371	22.078	121.033	22.078
Cíveis	65.493	3.748	33.249	4.894
Outras	-	129	-	-
	739.816	57.535	154.684	57.461

Trabalhistas – reclamações trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, os riscos contingentes totais montam em R\$ 31.580 e a provisão constituída considera uma redução deste valor com base em um histórico de acordos e trabalho técnico-jurídico desenvolvido nas ações.

Tributárias – representadas basicamente por autuações estaduais e federais e pedidos de restituição ou compensação de tributos, que se encontra em processo de julgamento, que de acordo com nossos assessores jurídicos que emitiram parecer sobre as dívidas tributárias, entendem que existe o montante de R\$ 534.582 mil que não está contemplado no quadro acima, e trata-se de valores com prescrição, apoiados na Sumula Vinculante nº 8 do Supremo Tribunal Federal que declarou a inconstitucionalidade dos artigos 45 e 46 da Lei 8.212/1991 e do parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei nº 1.569/1977, reduzindo os prazos de prescrição e decadência das contribuições previdenciárias de 10 (dez) para 5 (cinco) anos, conforme já disciplinava o Código Tributário Nacional, trazendo benefícios aos contribuintes previdenciários e na Portaria 33 da PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional).

Cíveis – na maior parte compostas por ações de execução, cobrança e indenização.

Contrato com a Tupi BV / Petrobras

O contrato assinado entre a Iesa Óleo & Gas S.A. – em recuperação judicial e a Tupi B.V (“TUPI”) em 26 de julho de 2012, com aditivos posteriores, para realizar a construção de unidades de FPSOs (Floating Production Storage and Offloading), que são grandes equipamentos flutuantes utilizados na produção, estocagem e transferência de petróleo, foi rescindido unilateralmente pela Tupi B.V., Conforme previsto em cláusula contratual, será instaurado processo de arbitragem internacional para apuração dos valores definitivos decorrentes dessa rescisão unilateral, abrangendo, principalmente, registros de contas a receber, adiantamentos a fornecedores, estoques, provisão para custos a incorrer.

NOTA 23 – PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO

Refere-se à provisão do passivo a descoberto no montante total R\$ 955.671 para as controladas IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A – em Recuperação Judicial e Inepar Innovida Participações S.A.

NOTA 24 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Consbem Construções e Comercio Ltda.	-	-	2.283	2.508
Gastos com despesas aduaneiras	-	-	2.381	2.381
Delft Administração e Participações S.A.	-	-	3.383	3.383
Obrigações imóvel de Macaé	3.000	3.000	3.000	3.000
Participações nos lucros	-	-	4.393	3.485
Provisão de diversas obrigações a pagar (a)	54.531	54.338	100.258	132.550
Swiss Re Corporate (b)	14.426	17.905	14.426	17.905
Andritz Hydro (c)	70.802	68.223	70.802	68.223
	142.759	143.466	200.926	233.435
Circulante	131.333	134.304	185.014	220.029
Não circulante	11.426	9.162	15.912	13.406

- a) Refere-se, principalmente, ao registro das obrigações constituídas para atender aos acordos efetuados através do Plano de Recuperação Judicial.
- b) Refere-se ao acordo assinado com a Itiquira Energética S.A, através da empresa Swiss Re Corporate Brasil Seguros, para o encerramento do litígio entre Itiquira e Inepar, objeto da execução nº 0135394-63.2006.8.26.0100, em trâmite na 34ª vara cível do fórum central da capital.
- c) Refere-se ao saldo a pagar para Andritz Hydro S.A. por conta da transferência de créditos tributários que estão sendo utilizado pela Inepar para liquidação da parcela inicial de até 20% do Programa REFIS da Lei nº 12.996/2014. Este valor será liquidado em 60 parcelas mensais.

NOTA 25 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social integralizado é de R\$ 407.299, formado por 86.123.467 ações ordinárias e 63.136.159 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito ao voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do art. 17 da Lei n.º 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei n.º 10.303/01. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art.202 da Lei n.º 6.404/76.

b) Reserva de Capital

As Reservas de Capital apresentam o saldo de R\$ 155.272 e está assim composta:

- Conforme a 84ª AGE, de 25 de novembro de 2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$ 83.978, mediante a emissão particular de 23.732.367 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$ 4.271 e R\$ 79.707 para a formação de reserva de capital.
- Conforme a 85ª AGE, de 28 de dezembro de 2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$ 79.614, mediante a emissão particular de 22.499.035 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$ 4.049 e R\$ 75.565 para a formação de reserva de capital.

c) Reserva de Reavaliação

Ativos Próprios – constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes.

Sociedades Controladas e Coligadas – composta pelo reflexo da reavaliação do investimento na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. e pelas reavaliações de bens dos ativos imobilizados contabilizados pelas controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial e

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial, com base em laudos firmados por peritos avaliadores independentes.

A realização da reserva, proporcional à depreciação incorrida sobre os bens reavaliados ou quando ocorre a sua alienação, é integralmente transferida para lucros acumulados.

A Companhia decidiu pela manutenção dos saldos das reservas de reavaliações constituídas até a vigência da Lei nº 11.638/07, tendo em vista que os valores contábeis estão inferiores aos de mercado, até a sua efetiva realização.

d) Debêntures Perpétuas

As debêntures perpétuas apresentam o saldo de R\$ 247.861 e estão assim compostos:

- Conforme a 84ª AGE, de 25 de novembro de 2015, foram autorizadas a 6ª e 7ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$ 1,00(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 167.234 para a 6ª emissão e de R\$ 66.433 para a 7ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor.

- Conforme a 85ª AGE, de 28 de dezembro de 2015, foram autorizadas a 8ª e 9ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$ 1,00(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 10.268 para a 8ª emissão e de R 3.926 para a 9ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor.

e) Créditos quirografários a converter

Com base no parecer dos nossos consultores jurídicos efetuamos a reclassificação, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia e serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$ 238.097. Estes créditos ainda não foram convertidos em função de divergências de valores que estão sendo discutidos com os credores. Os valores nesta rubrica foram registrados com base na melhor estimativa da Companhia.

f) Ajustes de avaliação patrimonial

A rubrica de ajuste de avaliação patrimonial apresenta o saldo de R\$ 794.678, sendo que neste valor está incluído o montante de R\$ 727.651, referente aos ganhos nas conversões dos passivos quirografários em debêntures perpétuas da 7ª e 9ª emissão, cujas conversões foram efetuadas de acordo com a escritura desta emissão.

Estes ganhos foram classificados no patrimônio líquido com base em parecer contábil do Professor Eliseu Martins, onde está entendido que as debêntures devem ser consideradas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que as mesmas não geram a obrigação da companhia de entregar caixa ou outro instrumento financeiro.

g) Destinação do Lucro

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

NOTA 26 – RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resultado por Ação

	31/12/2017	31/12/2016
Numerador		
Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	(165.005)	(325.117)
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(151.165)	(297.846)
	(316.170)	(622.963)
Denominador (em milhares de ações)		
Quantidade de ações preferenciais emitidas	3.157	3.157
Quantidade de ações ordinárias emitidas	3.181	3.181
Total	6.338	6.338
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)		
Ação preferencial	(52,266)	(102,983)
Ação ordinária	(47,521)	(93,633)

NOTA 27 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Vendas mercado interno/externo	-	-	43.631	77.584
(-) Devoluções e Abatimentos	-	-	(117)	(586)
(-) Impostos sobre as Vendas	-	-	(3.711)	(8.148)
Receita de Vendas	-	-	39.803	68.850

A redução das receitas neste trimestre ocorreu em virtude dos encerramentos de diversos contratos, e principalmente pelo cancelamento do projeto de construção dos módulos de compressão para plataformas, que estavam em fabricação no município de Charqueadas. Os investimentos recuaram e devem atingir apenas 1,5% do PIB em 2018, patamar muito medíocre diante das carências do país.

NOTA 28 – DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Despesas Financeiras				
Juros sobre impostos e contribuições	(56.282)	(57.486)	(91.061)	(101.971)
Juros / despesas bancárias	(42.825)	(48.274)	(71.280)	(88.420)
Atualizações de Mútuos Passivos	-	(2.977)	(904)	(1.628)
Variação monetária passiva	(197)	(368)	(197)	(401)
Outras despesas financeiras	(3)	(664)	(10.409)	(22.056)
Variações cambiais	(27)	(96)	(5.626)	(6.332)
	(99.334)	(109.865)	(179.477)	(220.808)
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	-	1	237	1.404
Receitas atualização debêntures	662	1.640	662	1.640
Juros auferidos	19	28	272	1.159
Variações monetárias ativas	-	-	88	1.183
Atualizações de Mútuos Ativos	-	10	469	879
Outras receitas financeiras	748	567	2.305	4.026
Variações cambiais	31	44	2.401	13.541
	1.460	2.290	6.434	23.832
	(97.874)	(107.575)	(173.043)	(196.976)

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 29 - COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADA)

As máquinas, equipamentos e demais ativos da Companhia estão segurados através da apólice de seguro compreensivo empresarial contratado pela Companhia IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 30 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Salários	1.482	1.726	38.371	51.591
Gastos Previdenciários	1.685	1.406	10.891	12.663
Total	3.167	3.132	49.262	64.254

NOTA 31 - REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e de suas controladas, foi atribuída à remuneração dos administradores, em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Remuneração de Conselheiros	1.852	1.927	1.975	1.978
Remuneração de Diretores	1.481	1.192	7.204	6.355
Total	3.333	3.119	9.179	8.333

NOTA 32 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado em 31 de dezembro de 2017	Geração & Equipamentos	Serviços/Outros	lesas Óleo&Gas	Total
Receita bruta total	36.148	6.901	582	43.631
Impostos/deduções	(3.117)	(535)	(176)	(3.828)
Custos dos produtos e serviços	(26.170)	(2.889)	(2.698)	(31.757)
Margem Bruta	6.861	3.477	(2.292)	8.046

NOTA 33 – EVENTOS SUBSEQUENTES:

A Administração da Empresa está em fase de negociação com a intenção de realizar as operações abaixo especificadas com o objetivo de manter a continuidade da Empresa com geração de fluxo de caixa positivo para atender as obrigações constantes do Plano de Recuperação Judicial, bem como as obrigações correntes.

As operações serão realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação de dos bens:

- Alienação das ações da UPI IOG;
- Alienação das ações da UPI Charqueadas, imóvel localizado no município de Charqueadas;
- Alienação do imóvel situado no município de Macaé.
- Alienação de parte da UPI IPM, com máquinas e imóveis, localizados no município de Araraquara.

Conforme fato relevante publicado pela Inepar em 24 de maio de 2018, foi realizado em 21 de maio de 2018, o leilão da UPI que compreende os seguintes ativos descritos no Plano de Recuperação Judicial:

1-Parcela da UPI IPM que compreendem apenas relativos à hidro geração, que estão descrito no edital do leilão.

2-Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara será desmembrada em partes, na forma de condomínio indústria.

De acordo com a proposta apresentada pela Andritz Hydro Ltda., o preço de aquisição proposto para a UPI IPM foi de R\$ 115 milhões.

O percentual de 49% do preço da UPI, dos ativos referentes à hidro geração, deverá ser utilizado para pagamento das Debêntures permutáveis, conforme previsto no plano de recuperação judicial.

O percentual de 51% do preço da UPI, dos ativos referentes à hidro geração, acrescido de 100% do preço da fração da planta de Araraquara deverá ser utilizado para pagamento das obrigações do Grupo Inepar.

Ressaltamos ainda que o leilão da UPI acima informada tem com objetivo utilizar os recursos para viabilizar a saída da empresa do processo de recuperação judicial e o compromisso de quitação e prioridade de verbas trabalhistas.

e) Constituição do FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores.

f) Fechamentos de acordos com bancos, visando a liquidação dos passivos, sendo parte de pagamentos em reais e parte em bens(imóvel de Magé).

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Instauração de arbitragem contra a Petrobras, visando o ressarcimento de valores devidos pelo cancelamento unilateral do contrato com a Tupi-BV e PNBV.

A empresa está empenhada em atender todas as demandas do Plano de Recuperação Judicial, visando em data muito próxima a saída da recuperação judicial.

Todas estas ações irão permitir a entrada de recursos para manter o equilíbrio do fluxo de caixa da empresa visando suprir as necessidades dos projetos em andamento e dos projetos a serem contratados, bem como também para cumprir com as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial.

DIRETORIA EXECUTIVA:

Warley Isaac Noboa Pimentel – Diretor Presidente

Jauneval de Oms – Diretor Comercial

Irajá Galliano Andrade – Diretor de Relações com Investidores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Atilano de Oms Sobrinho

Di Marco Pozzo

Valdir Lima Carreiro

Cesar Romeu Fiedler

Irajá Galliano Andrade

Jauneval de Oms

Carlos Alberto Del Claro Gloger

CONTADOR: Jair Malpica – CPF 667.583.788-53 – CRC-1SP100417/O-6

Aos:

Acionistas e Administradores da

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Curitiba - PR

1. Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Inepar S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial ('Companhia'), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Inepar S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

2. Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas (valores em R\$ mil)

(i) Ausência de auditoria no investimento mantido nas companhias- Companhia Brasileira de Diques S.A., Penta Participações e Investimento Ltda. e Innovida Participações S.A.

As demonstrações financeiras do investimento mantido nessas companhias correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 não foram examinadas por nós ou por outros auditores. Diante do exposto ficamos impossibilitados de opinar sobre os saldos de investimentos e de equivalência patrimonial negativa totalizando as cifras de R\$337.830 e de R\$4.273, respectivamente.

(ii) Realização dos ativos imobilizados e intangíveis da controlada indireta-lesa Óleo e Gás S.A. Em Recuperação Judicial

Em 31 de dezembro de 2017, essa controlada indireta possui registrado nas rubricas do Imobilizado e do Intangível os valores de R\$139.740 e R\$20.369, respectivamente. Em função dos sucessivos prejuízos operacionais apurados por esta controlada, tornou-se necessário efetuar avaliação de impairment desses ativos. Contudo, além da inexistência de séries históricas consistentes, o Plano de Negócios desenvolvido pela controlada considera cenário composto por premissas vinculadas a ocorrência de eventos futuros, tais como a conclusão favorável da arbitragem em curso e monetizações de ativos, que não são passíveis de confirmação. Essas limitações nos impedem de concluir quanto a necessidade de ajustes ao valor de realização dos saldos registrados em 31 de dezembro de 2017 nas rubricas de investimento e do imobilizado e do intangível, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente.

(iii) Limitação sobre a rubrica de Estoques da controlada indireta-lesa Óleo e Gás S.A.- Em Recuperação Judicial

Não acompanhamos o inventário físico dos estoques dessa controlada indireta, existentes na unidade localizada no município de Macaé/RJ, cujo saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$7.740. Ainda, não nos foram apresentadas evidências para validação da cifra de R\$11.712 registrados nas rubricas de Adiantamentos a fornecedores e de Importação em andamento, respectivamente, ambas pertencentes ao grupo de Estoques, não tendo sido possível a aplicação de procedimentos alternativos de auditoria. Dessa forma, não nos foi possível, nas circunstâncias, avaliar a razoabilidade destes valores registrados na rubrica Estoques das demonstrações financeiras consolidadas, bem como mensurar os possíveis efeitos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

(iv) Limitação sobre confirmações externas da controlada direta lesa Óleo e Gás S.A.- Em Recuperação Judicial

Não foram recebidas de forma satisfatória as confirmações externas solicitadas às instituições financeiras e partes relacionadas que possuem operações com a Companhia e com sua controlada direta lesa Óleo e Gás S.A.- Em Recuperação Judicial recebidas do Banco BMG S.A. e do Basdesul Desenvolvimento S.A. apresentaram diferenças não conciliadas em relação aos valores registrados na contabilidade dessa controlada nos montantes de R\$19.201 e R\$13.240, respectivamente, estando os registros contábeis apresentados a menor. Como consequência, não nos foi possível concluir quanto à existência de ativos e passivos não registrados e seus possíveis efeitos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas findas em 31 de dezembro de 2017 decorrentes da não aplicação deste procedimento.

(v) Limitação sobre investimento em coligadas da controlada indireta-lesa Óleo e Gás S.A. Em Recuperação Judicial

Embora, tenha sido solicitado por outros auditores. Não foram apresentados os papéis de trabalho que suportam os relatórios dos auditores independentes das coligadas indiretas Quip S.A., RIG Oil & Gas Contractors Inc., QGI Brasil S.A. e QGI Oil & Gas Inc, cujos percentuais de participação indireta são 11,66%, 14,66%, 17,19% e 17,60%, respectivamente. Ainda, como consequência das limitações descritas linhas atrás e logo abaixo mencionadas, tais auditores ficaram impossibilitados de concluir quanto à adequação dos saldos registrados nas rubricas de investimentos, provisão para passivo a descoberto e resultado de equivalência patrimonial e seus possíveis efeitos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Àqueles relatórios dos auditores independentes das coligadas indiretas apresentaram as seguintes modificações em 31 de dezembro de 2017: **(a)** A coligada indireta RIG Oil & Gas Contractors Inc. não recebeu as confirmações externas solicitadas às suas partes relacionadas CQG Oil & Gas Inc., CCI Oil & Gas Inc., Sonoma Global Inc. e QGI Oil & Gas Inc. Adicionalmente, as respostas de circularizações de saldos com partes relacionadas da coligada indireta Quip S.A. apresentaram diferenças não conciliadas em relação aos valores registrados na contabilidade da coligada indireta pelas cifras de R\$3.495, R\$1.339, R\$ 1.566 e R\$406, referentes as empresas Consórcio CNCC Camargo; CCI Oil & Gás Contractors Inc., CCI Construções Offshore S.A. e QGI Brasil S.A., respectivamente, e R\$ 1.065 mil referente a RIG Oil e Gas Contractors Inc; **(b)** A coligada indireta Quip S.A. não vem reconhecendo por competência os valores referentes a receita de exportação do contrato mantido com a RIG Oil & Gas Contractors Inc., não sendo possível determinar os valores contas a receber da respectiva no exercício corrente **(c)** A

coligada indireta RIG Oil & Gas Contractors Inc. mantém registrado em suas demonstrações financeiras créditos a receber de suas partes relacionadas CCI Oil & Gas Inc. e Sonoma Global Inc., pelas cifras de R\$5.551 e R\$16.712, respectivamente, que não foram atualizados. O recebimento de tais créditos depende de transações que ainda estão sendo discutidas entre as partes relacionadas e/ou da capacidade financeira dessas empresas em honrar seus compromissos com relação à coligada indireta.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

3. Principais assuntos de auditoria (valores em R\$ mil)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre as mesmas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

(i) Eventual provisão para impairment para os bens e direitos componentes dos ativos imobilizados e intangíveis- A Companhia possui registrados nessas rubricas contábeis, respectivamente as cifras de R\$129.247 e R\$391.513. Os sucessivos prejuízos operacionais apurados pela Companhia e o andamento do programa de recuperação judicial são fatores que podem, eventualmente, indicar a necessidade de contabilização de provisão para impairment sobre esses ativos.

Como o escopo de nossa auditoria respondeu ao citado assunto- Analisamos os planos de negócios e revisamos as projeções de resultado apresentadas pela Companhia bem como questionamos o processo e as premissas usados em sua elaboração. Efetuamos a comparação do valor registrado contabilmente dos bens componentes dos ativos imobilizados e intangíveis com a recuperabilidade do valor apurado nas projeções e laudos de avaliação contratados pela Companhia. Nossos trabalhos revelaram que as premissas utilizadas e os laudos de avaliação contratados pela Companhia estão razoavelmente consistentes com a prática do mercado, assim como em relação ao exercício precedente.

(ii) Contingências passivas- A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento significativos perante diferentes tribunais e instâncias e compreendem principalmente demandas de natureza trabalhista, tributária e civil. Tomando-se em conta ao grau significativo de imprecisão inerente às avaliações de mérito das causas judiciais pelos assessores jurídicos e valoração das estimativas, torna-se um assunto altamente relevante de auditoria.

Como o escopo de nossa auditoria respondeu ao citado assunto- Analisamos as respostas obtidas dos assessores jurídicos contratados pela Companhia, por nós circularizados para 31 de dezembro de 2017 e avaliação das premissas utilizadas para a constituição da provisão para contingências, bem como quanto as divulgações necessárias, requeridas nos termos do pronunciamento técnico-contábil CPC-25.

A Companhia, para cumprimento do citado CPC-25, apoiou-se, ainda na Sumula Vinculante nº 8 do Supremo Tribunal Federal que declarou a inconstitucionalidade dos artigos 45 e 46 da Lei 8.212/1991 e do parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei nº 1.569/1977Esse assunto foi também colocado no parágrafo de ênfase (item 4 (iii)).

4. Ênfases (valores em R\$ mil)

Apresentamos logo abaixo, as ênfases, cujos assuntos descritos não contém uma modificação em nosso relatório de auditoria:

(i) Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Inepar S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial e outras empresas do Grupo Empresarial do qual faz parte encontram-se em recuperação judicial desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado pela Companhia foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de

Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, os quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de suas atividades. A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2017, prejuízo no exercício de R\$316.170, passivo a descoberto de R\$1.248.582 e passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$760.773 (R\$ 1.567.449 consolidado). Ademais, as diretrizes de curto prazo traçadas no Plano de Viabilidade Econômico-Financeira e Comercial do Grupo Inepar não se concretizaram completamente até a presente data. A efetiva execução do plano de recuperação aprovado definirá a perspectiva de a Companhia fazer face aos seus compromissos e dar continuidade normal às suas operações.

(ii) Cancelamento de contrato de fornecimento pela empresa controlada direta IESA Óleo e Gás S.A.- Em recuperação judicial para o seu cliente Tupi BV/Petrobras

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 22 às demonstrações financeiras, o contrato de fornecimento de grandes equipamentos flutuantes para produção, estocagem e transferência de petróleo por essa controlada direta para o citado cliente, foi rescindido unilateralmente pelo mesmo. Conforme previsto em cláusula contratual, será instaurado processo de arbitragem internacional para apuração dos valores definitivos decorrentes dessa rescisão unilateral, abrangendo, principalmente, valores registrados nas rubricas: contas a receber de R\$117.545, estoques de R\$199.841, provisão para custos a incorrer de R\$306.709 e de adiantamentos sobre encomendas de R\$83.340.

(iii) incerteza sobre prescrição de contingências tributárias passivas - Consoante descrito na Nota Explicativa nº 17, a Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento significativos perante diferentes tribunais e instâncias e que no entendimento dos seus advogados externos estão prescritos, apoiados na Sumula Vinculante nº 8 do Supremo Tribunal Federal que declarou a inconstitucionalidade dos artigos 45 e 46 da Lei 8.212/1991 e do parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei nº 1.569/1977, reduzindo os prazos de prescrição e decadência das contribuições previdenciárias de 10 (dez) para 5 (cinco) anos, conforme já disciplinava o Código Tributário Nacional, trazendo benefícios aos contribuintes previdenciários e na Portaria 33 da PGFN.

5. Outros assuntos

(i) Demonstrações do Valor Adicionado

Examinamos também, a Demonstração do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", e está apresentada adequadamente, em todos seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

(ii) Auditoria do exercício precedente findo em 31 de dezembro de 2016 (emitido em 23/01/2018)

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram auditadas por outros auditores independentes que indicaram: modificação quanto a limitação de escopo para a auditoria da rubrica de

estoques e de ausência de recebimento de confirmações externas de saldos contábeis e ainda, limitação e parágrafo de ênfase semelhante às por nós contempladas e descritas no item 4 acima ((i) e (ii)).

6. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

7. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

8. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de junho de 2018.

Luiz Claudio Fontes

Contador CRC 1RJ-032.470/O-9 "T" PR "S" – SP

RSM Brasil Auditores Independentes - Sociedade Simples

CRC 2SP-030.002/O-7



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da INEPAR S/A INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES- EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, no uso de suas atribuições legais, examinou o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2017. Com base nos exames efetuados e considerando, ainda, o parecer dos auditores externos RSM Brasil Auditores Independentes S/S. datado de 21 de junho de 2018, opinam que o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras encontram-se em condições de serem apreciadas e votadas pela assembleia geral ordinária de acionistas. Nos termos do inciso II do artigo 63, da lei nº 6.404/76, devem ser consideradas as informações complementares constantes da ata, deste Conselho Fiscal, desta data e os parágrafos de ressalvas e ênfases apontadas no parecer pelos auditores independentes acima mencionados, a saber: **1. Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas; 2. Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas (valores em R\$ mil): (i) Ausência de auditoria no investimento mantido nas companhias - Companhia Brasileira de Diques S.A., Penta Participações e Investimento Ltda. e Innovida Participações S.A.; (ii) Realização dos ativos imobilizados e intangíveis da controlada indireta-lesa Óleo e Gás S.A. Em Recuperação Judicial; (iii) Limitação sobre a rubrica de Estoques da controlada indireta-lesa Óleo e Gás S.A. - Em Recuperação Judicial; (iv) Limitação sobre confirmações externas da controlada direta lesa Óleo e Gás S.A. - Em Recuperação Judicial; (v) Limitação sobre investimento em coligadas da controlada indireta-lesa Óleo e Gás S.A. Em Recuperação Judicial; 3. Principais assuntos de auditoria (valores em R\$ mil): (i) Eventual provisão para impairment para os bens e direitos componentes dos ativos imobilizados e intangíveis; (ii) Contingências passivas; 4. Ênfases (valores em R\$ mil): (i) Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional; (ii) Cancelamento de contrato de fornecimento pela empresa controlada direta IESA Óleo e Gás S.A. - Em recuperação judicial para o seu cliente Tupi BV/Petrobras; (iii) incerteza sobre prescrição de contingências tributárias passivas.**

Curitiba, 09 de julho de 2018

Adrian Monge Jara

José Higino Buczenko

Rubens Gerigk

DECLARAÇÃO

Inepar S/A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob numero 61.627.504/0001-06, estabelecida na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, Conjunto 1101, 11º andar, centro, centro na cidade de Curitiba-PR, **DECLARA**, por seus Diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, paragrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480/09, que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras.

São Paulo, 21 de junho de 2018.

Warley Isaac Noboa Pimentel
Diretor Presidente

Irajá Galliano Andrade
Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO

Inepar S/A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob numero 61.627.504/0001-06, estabelecida na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, Conjunto 1101, 11º andar, centro, centro na cidade de Curitiba-PR, **DECLARA**, por seus Diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, paragrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480/09, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

São Paulo, 21 de junho de 2018.

Warley Isaac Noboa Pimentel
Diretor Presidente

Irajá Galliano Andrade
Diretor de Relações com Investidores